



A Ambipar tem tudo que as empresas precisam para atingir os índices ESG

# Assembleia Geral Ordinária

Proposta da Administração

Manual para participação de Acionista em Assembleia

A ser realizada em 29/04/2022

**AMBIPAR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**

CNPJ/ME nº 12.648.266/0001-24

NIRE 35.3.0038.446-6

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022**

**SUMÁRIO**

<b>MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022</b>	<b>4</b>
<b>1. OBJETO</b>	<b>4</b>
<b>2. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS</b>	<b>4</b>
<b>3. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>5</b>
<b>4. LOCAL DA ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>5</b>
<b>5. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>5</b>
<b>6. BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA</b>	<b>6</b>
<b>7. REGRAS PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>8</b>
<b>8. MAIORIA PARA APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS</b>	<b>8</b>
<b>9. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>8</b>
<b>10. ANÁLISE DAS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA</b>	<b>9</b>
<b>10.1 Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria</b>	<b>9</b>
<b>10.2 Relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>9</b>
<b>10.3 Proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2021</b>	<b>10</b>
<b>10.4 Proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10</b>
<b>10.5 Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;</b>	<b>10</b>
<b>10.6 Fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022</b>	<b>11</b>
<b>11. CONCLUSÕES</b>	<b>11</b>
<b>Anexo I</b>	
<b>Anexo II</b>	
<b>Anexo III</b>	
<b>Anexo IV</b>	

Prezados Senhores,

A Administração da AMBIPAR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.. ("AMBIPAR" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas o Manual ("Manual") para orientar a participação na assembleia geral ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 18hs., **de forma exclusivamente digital**, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia ("Assembleia Geral"), bem como a proposta da administração ("Proposta") a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos na Instrução CVM nº 481/09, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu website (<https://ri.ambipar.com/>), no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), bem como foram contemplados nos Anexos da presente Proposta.

São Paulo, 30 de março de 2022.

A Administração

## **AMBIPAR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**

CNPJ/ME nº 12.648.266/0001-24

NIRE 35.3.0038.446-6

### **MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022**

#### **1. OBJETO**

Em atenção aos melhores interesses da Companhia, a Administração da Companhia submete ao exame, discussão e votação da Assembleia Geral as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (i) demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria;
- (ii) relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (iii) proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (iv) eleição dos membros do conselho de administração da companhia para o exercício do mandato 2022/2024;
- (v) fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022.

#### **2. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS**

A administração da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo da Lei das S.A. e da regulamentação aplicável, coloca à disposição dos Senhores Acionistas, com pelo menos 1 (um) mês de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, os seguintes documentos:

- (i) Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) Demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (iii) Relatório anual dos auditores independentes;
- (iv) Parecer do Comitê de Auditoria;
- (v) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes;
- (vi) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis;
- (vii) Formulário de demonstrações financeiras padronizadas (DFP);
- (viii) Boletim de voto a distância; e
- (ix) A Proposta para a Assembleia Geral com seus respectivos anexos.

Os documentos relativos à Assembleia Geral encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas no endereço da sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://ri.ambipar.com/>) da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (<http://www.b3.com.br/>).

### 3. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., a Assembleia Geral será convocada por meio de anúncio publicado, por 3 (três) vezes, no mínimo, no jornal de grande circulação habitualmente utilizado pela Companhia com divulgação simultânea na página do jornal na internet ([www.jornalodiasp.com.br](http://www.jornalodiasp.com.br)), nos termos do art. 289, I, da Lei das Sociedades por Ações, como também na página do portal de notícias "MZ Group" na internet ([www.portalneo1.net/](http://www.portalneo1.net/)), nos termos do art. 3º, §4º, II, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº44/2021, contendo, o local, a data, a hora da assembleia geral e a sua respectiva ordem do dia. De acordo com a legislação aplicável, a primeira publicação do anúncio de convocação de assembleia geral de companhias abertas será realizada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da assembleia geral, nos termos acima expostos. No caso específico da Companhia, o edital de convocação é publicado no jornal "O Dia" e na página do portal de notícias "MZ Group" na internet ([www.portalneo1.net/](http://www.portalneo1.net/)).

### 4. LOCAL DA ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral será realizada exclusivamente de modo digital, por meio de disponibilização de sistema eletrônico que possibilitará que os acionistas acompanhem e votem na Assembleia Geral, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, localizada na Av. Pacaembu n. 1088 sala 09 São Paulo/SP CEP: 01234-000 - Brasil.

### 5. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral será realizada de maneira **exclusivamente digital**, observando o disposto na ICVM 481/2009.

A administração da Companhia esclarece que os Senhores Acionistas, observados os respectivos prazos e procedimentos, poderão participar e votar na Assembleia Geral por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) plataforma digital para participação a distância; e (b) boletim de voto a distância.

A administração da Companhia reitera aos Senhores Acionistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital.

Os acionistas interessados em participar da Assembleia Geral por meio da plataforma digital deverão enviar e-mail para o endereço [ri@ambipar.com](mailto:ri@ambipar.com) até 5 dias antes da data de realização da Assembleia Geral, ou seja, até 24 de abril de 2021, manifestando seu interesse em participar da Assembleia Geral dessa forma e solicitando o link de acesso ao sistema ("Solicitação de Acesso").

A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme abaixo.

**Pessoa Física:** **(a)** identificação válida com foto (cópia original ou certificada) do acionista. Os seguintes documentos podem ser apresentados: (i) Carteira de Identidade (RG); (ii) Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (iii) Passaporte; (iv) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (v) Carteira de Motorista (CNH); **(b)** comprovante de propriedade de ações emitidas pela Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante; e **(c)** indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na Assembleia.

**Pessoa Jurídica ou Entidade Legal:** **(a)** identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada). Os seguintes documentos podem ser enviados: (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (iv) Carteira de Motorista (CNH); **(b)** documentos que comprovem representação, incluindo a nomeação por procuração e cópia dos documentos de qualificação profissional e da ata da eleição dos conselheiros; e, no caso de fundo de investimento, cópias de (i) estatuto do fundo em vigor, (ii) os documentos de qualificação profissional de seu conselheiro ou administrador, conforme o caso; e (iii) a ata da eleição de tais conselheiros. Se esses documentos estiverem em um idioma estrangeiro, deverão ser traduzidos para o português por um tradutor juramentado, mas não será necessário notariação e consularização. Observar que os documentos em inglês e espanhol não precisam ser traduzidos; **(c)** comprovante de propriedade de ações emitidas

pela Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante; e **(d)** indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na Assembleia.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das S.A.

Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma.

As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A..

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos.

Validadas a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, até 3 dias antes da Assembleia Geral, as instruções para acesso a plataforma digital para participação na Assembleia Geral.

Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail [ri@ambipar.com](mailto:ri@ambipar.com), para que seja prestado o suporte necessário.

Na data da Assembleia Geral, o link de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência e até 15 (quinze) minutos após o horário de início da Assembleia Geral, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados (entre 30 (trinta) minutos antes e 15 (quinze) minutos após o horário marcado para início da Assembleia Geral). Após 15 (quinze) minutos do início da Assembleia Geral, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia Geral, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia Geral com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência.

Instruções e orientações detalhadas sobre os procedimentos para acompanhamento, participação e manifestação por parte dos acionistas serão prestadas pela mesa no início da Assembleia Geral.

## **6. BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**

Em atendimento à ICVM 481/2009, a Companhia disponibiliza, nesta data, o boletim de voto a distância nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://ri.ambipar.com/>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>), em versão passível de impressão e preenchimento. Os acionistas que optarem por manifestar seus votos a distância na Assembleia Geral deverão preencher o boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia indicando se desejam aprovar, rejeitar ou abster-se de votar nas deliberações descritas no boletim, observados os seguintes procedimentos:

### **a) Envio do boletim diretamente à Companhia**

Depois de preenchido o boletim, os senhores acionistas deverão enviar, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, pelo correio os seguintes documentos:

- (i) boletim de voto a distância, com todos os campos devidamente preenchidos, todas as páginas rubricadas e a última página assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is); e

- (ii) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante legal signatário do boletim, em conformidade com as instruções contidas no item 5 acima.

Para ser aceito validamente, o boletim de voto a distância, observado o disposto acima, deverá ser recebido pela Companhia até o dia **22 de abril de 2022**, inclusive.

Nos termos do artigo 21-U da ICVM 481/2009, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelos acionistas no boletim de voto a distância, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento dos documentos:

- (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como se o boletim e os documentos recebidos são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou
- (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Conforme parágrafo único do artigo 21-U da ICVM 481/2009, o acionista pode retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, desde que observado o prazo para o recebimento pela Companhia, acima indicado.

Não serão considerados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o boletim de voto a distância e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) sem observância dos prazos e formalidades de envio indicadas acima.

#### **b) Envio por meio dos prestadores de serviço**

Conforme facultado pelo artigo 21-B da ICVM 481/2009, além do envio do boletim de voto a distância diretamente para a Companhia, os senhores acionistas poderão enviar instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, desde que referidas instruções sejam enviadas até **22 de abril de 2022**, inclusive.

Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio do Banco Bradesco S.A.

O agente de custódia e o Banco Bradesco S.A. verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, mas não são responsáveis por verificar a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, função que caberá à Companhia.

O Bradesco informa que os dados acima foram inseridos apenas para que o acionista possua um canal para esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio do boletim ao agente escriturador. Entretanto, o Bradesco não aceitará o recebimento de Boletins por meio de envio eletrônico, sendo certo que só serão considerados os boletins que forem apresentados através de qualquer agência Bradesco, nos termos e condições especificados nas regras e Procedimentos.

#### **c) Informações Adicionais**

Adicionalmente, a Companhia ressalta que:

- (i) caso haja divergências entre eventual boletim recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto coletada pelo agente escriturador (conforme constante no mapa de votação proveniente do escriturador), para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do §2º do artigo 21-W da ICVM 481/2009;
- (ii) conforme determinado pelo artigo 21-S da ICVM 481/2009, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ;

- (iii) encerrado o prazo de votação à distância, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na Assembleia Geral, presencialmente ou por procuração, mediante solicitação, explícita, de desconsideração das instruções de voto enviadas via boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação; e
- (iv) conforme previsto no artigo 21-X da ICVM 481/2009, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da Assembleia Geral ou caso seja necessária a sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.
- (v) independentemente do método de envio escolhido (para o custodiante, para o administrador das ações escriturais ou diretamente para a Ambipar) é recomendável que o acionista encaminhe, transmita ou protocole o Boletim (que estará disponível pelo menos 1 mês antes da Assembleia), juntamente com os documentos a ele pertinentes, com a maior antecedência possível, para que haja tempo suficiente para a avaliação pela Ambipar e eventual retorno com motivos para retificação, correção e reapresentação de documentos.
- (vi) com o objetivo de organizar os trabalhos da Assembleia, será questionado pela Mesa (no início dos trabalhos) ao acionista que tenha enviado Boletim e decida participar da Assembleia via Plataforma Digital se o acionista pretende: (a) apenas participar da reunião, mantendo válidos e inalterados os votos já enviados via Boletim; OU (b) participar e votar na reunião, hipótese em que o seu Boletim será automaticamente cancelado, se fazendo necessário que tal acionista profira o voto em relação às matérias da Ordem do Dia novamente, observando os procedimentos estipulados para tanto. Caso o acionista opte por apenas participar da Assembleia, conforme a letra "(a)" acima, os votos proferidos via Boletim não poderão ser alterados no decurso da reunião.

## **7. REGRAS PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL**

Como regra geral, enunciada no artigo 125 da Lei das S.A., as assembleias gerais instalam-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Dessa forma, as matérias objeto da Assembleia Geral poderão ser discutidas, em primeira convocação, caso estejam presentes acionistas titulares de pelo menos 1/4 (um quarto) do capital social total e votante.

## **8. MAIORIA PARA APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS**

As deliberações das assembleias gerais de acionistas, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, desconsideradas as abstenções, nos termos do artigo 129 da Lei das S.A.

Como as matérias constantes da ordem do dia não estão sujeitas à aprovação por maioria qualificada, a aprovação das matérias dependerá do voto da maioria absoluta das ações presentes à Assembleia Geral, desconsideradas as abstenções.

## **9. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Os trabalhos das assembleias gerais são documentados por escrito em ata lavrada no "Livro de Atas das Assembleias Gerais", que será assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes (Lei das S.A., artigo 130, caput), observados os procedimentos de registro de presença de acionistas previstos na ICVM 481/2009.

É possível, desde que autorizado pela assembleia geral, lavrar a ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas (Lei das S.A., artigo 130,

§ 1.º). Nesse caso, os documentos ou propostas submetidas à assembleia, assim como as declarações de voto ou dissidência, referidos na ata, serão numerados seguidamente, autenticados pela mesa e por qualquer acionista que o solicitar, e arquivados na companhia (Lei das S.A., artigo 130, § 1.º, "a"). Adicionalmente, a mesa, a pedido de acionista interessado, autenticará exemplar ou cópia de proposta, declaração de voto ou dissidência, ou protesto apresentado (Lei das S.A., artigo 130, § 1.º, "b").

Nos termos da legislação em vigor, serão extraídas certidões da ata da assembleia geral, devidamente autenticadas pelo presidente e secretário (Lei das S.A., artigo 130, caput), a serem enviadas eletronicamente à CVM e à B3, apresentadas a registro na junta comercial do estado da sede da Companhia e publicadas no jornal de grande circulação com divulgação simultânea na página do jornal na internet ([www.jornalodiasp.com.br](http://www.jornalodiasp.com.br)), como também na página do portal de notícias "MZ Group" na internet ([www.portalneo1.net/](http://www.portalneo1.net/)) (Lei das S.A., artigo 134; artigo 289 I). Companhias abertas poderão, desde que autorizado pela assembleia geral, publicar a ata com omissão das assinaturas dos acionistas (Lei das S.A., artigo 130, § 2.º).

Desse modo, a administração propõe que a ata da Assembleia Geral seja lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, observados os requisitos acima mencionados, e que sua publicação seja efetuada com a omissão das assinaturas dos acionistas.

## **10. ANÁLISE DAS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

O objetivo desta seção é analisar as matérias submetidas à apreciação de V.Sas. na Assembleia Geral, permitindo, assim, a formação de convicção e a tomada de decisão informada e refletida por parte dos Senhores Acionistas.

### **10.1. Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria**

A administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis e suas correspondentes notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com a Lei das S.A., com os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas demais normas da CVM, e devidamente auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.

Nos termos da legislação aplicável, as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas foram colocadas à disposição dos Senhores Acionistas na forma de "caderno do auditor" acompanhadas dos seguintes documentos e informações: (a) relatório dos administradores sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (b) relatório anual do auditor independente; (c) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes; (d) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis; e (e) parecer do Comitê de Auditoria.

Cópia do parecer do Comitê de Auditoria favorável à aprovação das demonstrações financeiras pela Assembleia Geral está disponível junto das demonstrações financeiras e nas páginas eletrônicas da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>) e da Companhia (<https://ri.ambipar.com/>).

Assim, com base nos documentos e informações disponibilizados, a administração propõe à Assembleia Geral a aprovação integral das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório anual dos auditores independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

### **10.2. Relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021**

A administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas., por meio do relatório da administração, as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O relatório dos administradores sobre os negócios sociais foi elaborado em linha com as informações divulgadas na seção 10 do Formulário de Referência (Comentários dos Diretores) e, conforme aplicável, contém as seguintes informações mínimas previstas na Lei das S.A..

Em atendimento à legislação aplicável e logrando incrementar a compreensão de V.Sas. com relação à realidade da Companhia, o **Anexo I** à presente Proposta contém, nos termos da seção 10 do Formulário de Referência, conforme Anexo 24 da ICVM 480/2009, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.

#### **10.4. Proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021**

Face à apuração de lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 no montante total de R\$144.163.198,79 (cento e quarenta e quatro milhões, cento e sessenta e três mil, cento e noventa e oito reais e setenta e nove centavos), a administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas., nos termos abaixo, proposta de destinação dos resultados, em atenção à legislação aplicável e ao art. 31 do Estatuto Social.

Nos termos do art. 31, do Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, seria de R\$34.238.759,71 (trinta e quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos).

Em conformidade com artigo 31 do Estatuto Social e com a Lei das S.A., a administração da Companhia propõe a seguinte destinação para o lucro líquido apurado:

- a) R\$7.208.159,94 (sete milhões, duzentos e oito mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, destinado à formação da **reserva legal** da Companhia, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.;
- b) R\$34.238.759,71 (trinta e quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos), correspondente ao valor distribuído a título de dividendos; e
- c) R\$102.716.279,14 (cento e dois milhões, setecentos e dezesseis mil, duzentos e setenta e nove reais e quatorze centavos), a ser destinado à reserva de lucros a realizar, conforme previsto na proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2021.

Para melhor compreensão da proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, o **Anexo II** contém as informações mínimas previstas no Anexo 9-1-II à ICVM 481/2009.

#### **10.5. Eleição dos membros do Conselho de Administração**

A eleição dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, será aprovada no decorrer da Assembleia Geral Ordinária e ("AGO").

A Administração da companhia propõe a seguinte chapa para composição do Conselho de Administração para o mandato unificado de 2 (dois) anos:

- (a) Tércio Borlenghi Junior;
- (b) Alessandra Bessa Alves de Melo;
- (c) Yuri Brancaglion Keiserman;
- (d) Marcos de Mendonça Peccin,
- (e) José Carlos de Souza;

Em observância ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia fornece aos Acionistas, no **Anexo IV** deste Manual, as informações dos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores para o Conselho de Administração. Conforme declarações fornecidas, os Srs. Candidatos a Conselheiros Independentes se enquadram nos critérios de independência previstos no regulamento do Novo Mercado da B3. A administração da Companhia esclarece que os

candidatos ora indicados (i) não estão impedidos de assumir os cargos para os quais foram indicados, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94, bem como não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela CVM, que os torne inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo artigo 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia.

#### **10.6. Fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022**

De acordo com o artigo 152 da Lei das S.A., a Assembleia Geral deve fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O artigo 162, § 3.º, da Lei das S.A., por sua vez, determina que a remuneração do Conselho Fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembleia geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração atribuída, em média, a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Para o exercício social de 2022, a Companhia propõe o montante de até R\$29.500.000,00 (vinte e nove milhões, e quinhentos mil reais) para a remuneração global dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração ratear as remunerações individuais e repartir as parcelas fixa e variável, dentro do limite proposto. O valor global de remuneração da administração proposto compreende a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia, incluindo remuneração fixa e variável (máxima), direta e indireta, assim como benefícios de qualquer natureza e os montantes a serem reconhecidos no resultado da Companhia em decorrência da remuneração baseada em ações da Companhia.

O montante proposto considera, ainda, tributos e contribuições para a previdência social oficial que sejam ônus da Companhia. O valor ora proposto não considera montantes relacionados ao Conselho Fiscal.

O valor da remuneração global ora proposto compreende o período entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

As informações sobre a remuneração dos administradores na forma da seção 13 do Formulário de Referência, conforme previsto na ICVM 481/2009, constam do **Anexo III** à presente Proposta.

#### **11. CONCLUSÕES**

Pelos motivos acima enunciados, a Administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos Senhores Acionistas reunidos em Assembleia Geral, recomendando a sua integral aprovação.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Tercio Borlenghi Junior

Presidente do Conselho de Administração

## **AMBIPAR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**

CNPJ/ME nº 12.648.266/0001-24

NIRE 35.3.0038.446-6

### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2022**

#### **Anexo I – Item 10 do Formulário de Referência**

#### **10. Comentários dos diretores**

##### **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

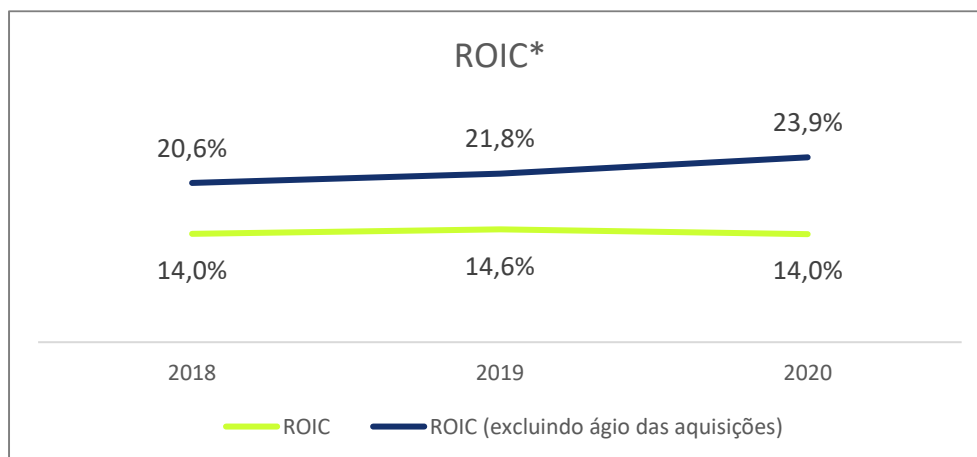
Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades e, conseqüentemente, em nossas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

##### **(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Oferecemos diversos produtos e serviços, além de oferecermos tecnologias de ponta e atuarmos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Elaboramos projetos específicos para cada cliente, visando à implementação de novas tecnologias e novos processos que permitam tratar e valorizar os resíduos em sua origem, devolvendo-os, sempre que possível, como matéria-prima à cadeia produtiva, seguindo o conceito da economia circular (isto é, ao reincorporar os resíduos aos processos produtivos, os clientes melhoram seus índices de sustentabilidade, poupando recursos financeiros e naturais importantes para a atual e as futuras gerações).

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

O



modelo de negócios da Companhia, sustentado por uma plataforma capaz de ofertar serviços integrados e complementares, permite que a Companhia consiga atingir taxas de crescimento e oferecer o retorno sobre o capital investido.

### Principais Indicadores financeiros

Apresentamos abaixo gráfico contendo a evolução do ROIC, nosso principal indicador de rentabilidade nos três últimos exercícios sociais:

\*Considera alíquota de 30% para Imposto de Renda para todos os anos.

Abaixo apresentamos uma tabela contendo informações de dívida e alavancagem dos três últimos exercícios sociais:

(em R\$ mil)	Exercícios sociais encerrados em		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Dívida Bruta	207.136	320.682	201.110
(-) Caixa e equivalentes de caixa	591.608	77.639	21.834
Dívida Líquida	384.472	243.043	179.276
EBITDA <sup>1</sup>	197.552	131.972	101.858

Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA)	(1,95x)	1,84x	1,76x
--	---------	-------	-------

<sup>1</sup> O EBITDA não é uma medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores informações sobre nossos cálculos de EBITDA, vide item 3.2(a) deste Formulário de Referência.

Maiores detalhes sobre a evolução do índice de alavancagem da Companhia estão descritas no item (b) abaixo.

## (b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a estrutura de capital da Companhia apresentou nos três últimos exercícios sociais uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
<b>Capital de terceiros (empréstimos e financiamentos)</b>	<b>207.136</b>	<b>320.682</b>	<b>201.110</b>
Empréstimos e financiamentos – circulante	44.876	70.520	69.631
Debêntures – circulante	0	1.745	1.247
Empréstimos e financiamentos – não circulante	162.260	145.595	122.718
Debêntures – não circulante	0	102.822	7.514
<b>Capital próprio (patrimônio líquido)</b>	<b>1.225.750</b>	<b>208.997</b>	<b>181.585</b>
<b>Capital empregado (terceiros + próprio)</b>	<b>1.432.886</b>	<b>529.679</b>	<b>382.695</b>
Parcela de capital de terceiros	14,5%	60,5%	52,6%
Parcela de capital próprio	85,5%	39,5%	47,4%

O aumento de capital próprio e a redução do capital de terceiros da Companhia, de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020, é em decorrência do IPO (oferta inicial de ações) ocorrida em julho de 2020.

O total de capital de terceiros da Companhia aumentou de 2018 para 2019 em decorrência de: (i) emissão de debêntures ao final de 2019 com o objetivo do reperfilamento no perfil e prazo de dívidas da Companhia, bem como o capital de giro para as operações; e (ii) aumento dos empréstimos e financiamentos para financiar aquisição de frota e equipamentos especiais da Companhia, utilizados, substancialmente, nos contratos de prestação de serviços, em grandes indústrias, na gestão total de resíduos com foco na valorização. Isto é, a Companhia captou recursos de terceiros como forma de financiar a expansão de seus negócios. Por outro lado, o aumento no capital próprio no mesmo período se deve ao maior lucro líquido verificado no exercício de 2019.

## (c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos, conforme evolução dos indicadores na tabela abaixo. Para se assegurar disso, a Companhia utiliza dois índices de liquidez: (i) o índice de liquidez geral, que consiste no total do ativo, excluindo imobilizado e intangível, dividido pelo passivo circulante somado ao passivo não circulante; e (ii) o índice de liquidez corrente, que consiste na divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Índice de Liquidez geral	2,14	0,65	0,70
Índice de Liquidez corrente	5,23	1,72	1,15

Ainda, o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia e de suas subsidiárias foram: (i) fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de suas subsidiárias; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Tais financiamentos são utilizados pela Companhia e por suas subsidiárias, principalmente, para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia e por suas subsidiárias são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

**(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Adicionalmente, entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

**(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

**(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2020:

			Consolidado (em R\$ mil)			
Modalidade	Encargos financeiros (% a.a.)	Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	8,86	Mai de 2027	7.080	19.611	47.718	81.508
Financiamento de investimento	10,43	Dezembro de 2025	37.006	141.771	18.720	62.233
Arrendamento mercantil financeiro	18,39	Novembro de 2022	790	878	4.082	1.854
			<b>44.876</b>	<b>162.260</b>	<b>70.520</b>	<b>145.595</b>

**(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

**(iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2020 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

**(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

A Companhia não possui contratos de financiamento com determinadas obrigações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Companhia e a suas subsidiárias estavam nos últimos três exercícios sociais, em cumprimento com as suas obrigações contratuais decorrentes dos seus empréstimos, financiamentos e debêntures.

**(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

**(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As demonstrações contábeis consolidadas referentes aos três últimos exercícios sociais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Por ser uma empresa de participações (holding), as movimentações da Companhia são, principalmente, decorrentes de investimentos, dividendos e de aplicações financeiras.

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

<b>(em R\$ mil, exceto %)</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2020 x 31/12/2019</b>
Receita líquida	701.612	100,0%	484.385	100,0%	44,8%
Custos dos serviços prestados	(542.819)	-77,4%	(374.870)	-77,4%	44,8%
Lucro bruto	158.793	22,6%	109.515	22,6%	45,0%
Despesas gerais e administrativas	(31.151)	-4,4%	(26.099)	-5,4%	19,4%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.484	0,2%	1.221	0,3%	21,5%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	129.126	18,4%	84.637	17,5%	52,6%
Despesas financeiras	(69.217)	-9,9%	(42.204)	-8,7%	64,0%
Receitas financeiras	14.595	2,1%	2.185	0,5%	568,0%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	74.504	10,6%	44.621	9,2%	67,0%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(12.421)	-1,8%	(6.149)	-1,3%	102,0%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(12.560)	-1,8%	(3.004)	-0,6%	318,1%

Lucro líquido do período	49.523	7,1%	35.468	7,3%	39,6%
--------------------------	--------	------	--------	------	-------

### ***Receita líquida***

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 701.611 mil comparativamente a R\$ 484.385 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 217.227 mil ou 44,8%. Este aumento é atribuído substancialmente a:

- (i) *Environment*: crescimento de 30,5%, passando de R\$ 257.774 mil para R\$ 336.430 mil, devido, substancialmente, à celebração de novos contratos de gestão total de resíduos em plantas industriais, além do efeito das aquisições, com destaque para Supply, Verde Ghaia e Âmbito; e
- (ii) *Response*: crescimento de 61,1%, passando de R\$ 226.611 mil para R\$ 365.181 mil, devido ao aumento no Brasil de contratos fixos com clientes (aumento das mensalidades recebidas) e ao aumento do número de ocorrências; efeito das aquisições da Allied, One Stop e IntraCoastal; além do efeito do câmbio.

### ***Custos dos serviços prestados***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 542.819 mil, uma elevação de 44,8% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente, ao aumento dos custos diretos das operações desenvolvidas pelas controladas da Companhia, como, por exemplo, custos com pessoal, terceiro, manutenção de máquinas, equipamentos e veículos e custos com materiais utilizados na prestação de serviços, devido à maior atividade de tais controladas e, conseqüentemente, maior custo e investimento.

### ***Lucro Bruto***

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 158.793 mil comparativamente a R\$ 109.515 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 50.278 mil ou 45,0%, em decorrência dos fatores descritos acima. Lucro bruto representou 22,6% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

### ***Despesas Gerais e Administrativas e Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (SG&A)***

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram de R\$ 29.667 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparadas a R\$ 24.878 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 4.789 mil ou 19,2%, aumento, justificado, principalmente, pelo aumento da estrutura comercial, devido a criação de 7 regionais, ampliação da estrutura administrativa, além do aumento dos gastos com Companhia aberta, como por exemplo Conselho de Administração.

### ***Resultado operacional antes do resultado financeiro***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 129.126 mil comparativamente a R\$ 84.637 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de 52,6%, devido aos fatores descritos acima.

### ***Resultado financeiro, líquido***

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R\$ 54.622 mil, comparativamente a uma despesa de R\$ 40.016 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 14.606 mil ou 36,5%. Resultado financeiro, líquido representou 7,8% e 8,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a melhoria da estrutura de capital devido ao recursos oriundos do IPO em julho de 2020.

### ***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 74.502 mil, comparativamente a R\$ 44.618 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 29.883 mil ou 67,0%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos nas linhas acima que resultaram no crescimento do lucro bruto da Companhia, tais como o aumento da receita líquida, parcialmente impulsionado pela diluição do SG&A e resultado financeiro.

### ***Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)***

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 24.981 mil, comparativamente a R\$ 9.153 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 15.828 mil. Esta variação é atribuída, substancialmente, ao maior lucro antes do imposto de renda, além do aumento da alíquota efetiva de imposto.

### ***Lucro líquido do período***

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 49.521 mil, comparativamente a R\$ 35.465 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 14.055 mil ou 39,6%. Lucro líquido do período representou 7,1% e 7,3% da receita líquida dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

## **EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

<b>(em R\$ mil, exceto %)</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>2019 x 2018</b>
Receita líquida	484.385	100,0%	384.516	100,0%	26,0%
Custos dos serviços prestados	(374.870)	-77,4%	(299.867)	-78,0%	25,0%
Lucro bruto	109.515	22,6%	84.649	22,0%	29,4%
Despesas gerais e administrativas	(26.099)	-5,4%	(26.285)	-6,8%	-0,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.221	0,3%	(259)	-0,1%	-588,4%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	84.637	17,5%	58.105	15,1%	45,7%

Despesas financeiras	(42.201)	-8,7%	(32.348)	-8,4%	30,5%
Receitas financeiras	2.185	0,5%	6.332	1,6%	-65,5%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	44.621	9,2%	32.089	8,3%	39,1%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(6.149)	-1,3%	(5.037)	-1,3%	22,1%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(3.004)	-0,6%	12.111	3,1%	-124,8%
Lucro líquido do exercício	35.468	7,3%	39.163	10,2%	-9,4%

### ***Receita líquida***

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 484.385 mil comparativamente a R\$ 384.516 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 99.869 mil ou 26,0%. Este aumento é atribuído substancialmente a:

(iii) *Environment*: crescimento de 13,9% de 2018 para 2019, passando de R\$ 226.310 mil em 2018 para R\$ 257.774 mil em 2019, devido, substancialmente, à celebração de novos contratos de gestão de total de resíduos em plantas industriais, principalmente no segmento de alimentos e bebidas; e

(iv) *Response*: crescimento de 43,2% de 2018 para 2019, passando de R\$ 158.206 mil em 2018 para R\$ 226.611 mil em 2019 e devido ao aumento no número de contratos fixos com clientes, isto é, aumento de contratos celebrados com clientes e no número de ocorrências.

### ***Custos dos serviços prestados***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 374.870 mil, uma elevação de 25,0% em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido, principalmente, ao aumento dos custos diretos das operações desenvolvidas pelas controladas da Companhia, como, por exemplo, custos com pessoal, manutenção e combustíveis, devido à maior atividade de tais controladas e, conseqüentemente, maior custo e investimento.

### ***Lucro Bruto***

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 109.515 mil comparativamente a R\$ 84.649 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 24.866 mil ou 29,4%. Lucro bruto representou 22,6% e 22,0% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

### ***Despesas Gerais e Administrativas***

As despesas gerais e administrativas da Companhia eram de R\$ 26.099 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparadas a R\$ 26.285 mil, mantendo-se, praticamente, estável entre os exercícios.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas***

As outras receitas operacionais, líquidas da Companhia totalizaram R\$ 1.221 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a despesas operacionais, líquidas de R\$ 259 mil, representando uma variação de 588,4%, devido, principalmente, ao aumento das receitas não operacionais – isto é – não relacionadas ao segmento principal de atuação – das

controladas da Companhia, como, por exemplo, descontos obtidos em negociações com fornecedores.

#### ***Resultado operacional antes do resultado financeiro***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 o resultado operacional antes do resultado financeiro foi de R\$ 84.637 mil, comparado a R\$ 58.105 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, aumento de 45,7%, devido aos fatores descritos acima.

#### ***Resultado financeiro, líquido***

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 40.016 mil comparativamente a R\$ 26.016 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 14.000 mil ou 53,8%. Resultado financeiro, líquido representou 8,3% e 6,8% da receita líquida nos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento significativo no endividamento pela Companhia, para financiar aquisições de frota e equipamentos especiais, como, por exemplo, pela contratação de novos empréstimos e financiamentos ao longo do ano de 2019 e pela emissão de debêntures em novembro de 2019. Cabe ressaltar que, apesar do aumento do endividamento, a Companhia monitora continuamente o perfil com gestão do capital de terceiros e dívida líquida, de modo não comprometer os índices de alavancagem considerado saudável para Companhia.

#### ***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44.621 mil comparativamente a R\$ 32.089 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 12.532 mil ou 39,1%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 9,2% e 8,3% da receita líquida nos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos nas linhas acima que resultaram no crescimento do lucro bruto da Companhia, tais como o aumento da receita líquida, compensado parcialmente pelo aumento proporcional dos custos para desempenho das atividades das controladas da Companhia.

#### ***Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)***

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 9.153 mil comparativamente a R\$ 7.074 mil positivo no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 16.227 mil ou 229,4%. Esta variação significativa da despesa é atribuída substancialmente à constituição de créditos sobre prejuízos fiscais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

#### ***Lucro líquido do exercício***

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 35.468 mil comparativamente a R\$ 39.163 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$ 3.695 mil ou -9,4%. Lucro líquido do exercício representou 7,3% e 10,2% da receita líquida dos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente.

**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO  
EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

<b>(em R\$ mil, exceto %)</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AV</b>	<b>2018 x 2017</b>
Receita líquida	384.516	100,0%	182.071	100,0%	111,2%
Custos dos serviços prestados	(299.867)	-78,0%	(153.405)	-84,3%	95,5%
Lucro bruto	84.649	22,0%	28.666	15,7%	195,3%
Despesas gerais e administrativas	(26.285)	-6,8%	(14.613)	-8,0%	79,9%
Equivalência patrimonial	-	0,0%	8.249	4,5%	-100,0%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(259)	-0,1%	(427)	-0,2%	-39,3%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	58.105	15,1%	21.875	12,0%	165,6%
Despesas financeiras	(32.348)	-8,4%	(19.901)	-10,9%	62,5%
Receitas financeiras	6.332	1,6%	1.223	0,7%	417,7%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	32.089	8,3%	3.197	1,8%	903,7%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(5.037)	-1,3%	(142)	-0,1%	3447,2%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	12.111	3,1%	2.053	1,1%	489,9%
Lucro líquido do exercício	39.163	10,2%	5.108	2,8%	666,7%

***Receita líquida***

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 384.516 mil comparativamente a R\$ 182.071 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 202.445 mil ou 111,2%. Este aumento é atribuído substancialmente:

- (i) no segmento *Response*, principalmente, à consolidação integral das operações da Emergência Participações, o que resultou em um acréscimo de receita no montante de R\$ 158.206 mil. Não havia receita líquida aferida nesse segmento em 2017, ao passo que em 2018, a receita líquida foi de R\$ 158.206 mil; e
- (ii) no segmento *Environment*, principalmente, ao crescimento de 24,3% em 2018 em comparação a 2017 devido à celebração de novos contratos de gestão de total de resíduos em plantas industriais e coleta de resíduos automotivos, aumentando a geração de receita no âmbito das atividades das controladas da Companhia. A receita líquida do segmento passou de R\$ 182.071 mil em 2017 para R\$ 226.310 mil em 2018.

***Custos dos serviços prestados***

No exercício social encerrado em 2018, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 299.867 mil, uma elevação de 95,5% em comparação ao mesmo período de 2017, devido ao aumento dos custos diretos das operações desenvolvidas pelas controladas da Companhia, como, por exemplo, custos com pessoal, manutenção e combustíveis, devido à maior atividade de tais controladas e, conseqüentemente, maior custo e investimento, além da consolidação da Emergência Participações que, antes, era contabilizada pelo método da equivalência patrimonial. Para maiores informações sobre a consolidação, vide item 10.3 deste Formulário de Referência.

***Lucro Bruto***

Em decorrência do exposto acima, lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 84.649 mil comparativamente a R\$ 28.666 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 55.983 mil ou 195,3%, a variação de R\$ 53.382 mil refere-se, principalmente, (i) à consolidação do lucro da Emergência Participações que, antes, era contabilizada pelo método da equivalência patrimonial e (ii) ao crescimento da operação do segmento Environment. O Lucro bruto representou 22,0% e 15,7% da receita líquida no exercício social encerrado em 2018 e 2017, respectivamente.

#### ***Despesas gerais e administrativas***

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 26.285 mil comparativamente a R\$ 14.613 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 11.672 mil ou 79,9%. O aumento de R\$ 13.617 mil refere-se, principalmente, à consolidação da Emergência Participações que, antes, era contabilizada pelo método da equivalência patrimonial, parcialmente compensado pela redução das despesas gerais e administrativas no segmento Environment, devido à redução do quadro administrativo, com ganho de sinergias decorrente da integração da administração da Emergência – recém consolidada – com a administração das empresas que compunham o segmento Environment. As Despesas gerais e administrativas representaram 6,8% e 8,0% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

#### ***Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas***

A despesa operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 259 mil, comparada a uma despesa de R\$ 427 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, diminuição de 39,3%, devido, principalmente, à diminuição das receitas não operacionais – isto é – não relacionadas ao segmento principal de atuação – das controladas da Companhia, como, por exemplo, descontos obtidos em negociações com fornecedores.

#### ***Resultado operacional antes do resultado financeiro***

Em decorrência do exposto acima, o resultado operacional antes do resultado financeiro aumentou 165,6% em 2018 comparado a 2017, passando de R\$ 21.875 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 58.105 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

#### ***Resultado financeiro, líquido***

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 26.016 mil comparativamente a R\$ 18.678 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 7.338 mil ou 39,3%. A variação de R\$ 6.346 mil refere-se à consolidação da Emergência Participações que, antes, era contabilizada pelo método da equivalência patrimonial e o restante deve-se ao aumento do capital de terceiros na Companhia, isto é, a um maior nível de endividamento para financiar as aquisições de sociedades do segmento Response. Resultado financeiro, líquido representou 6,8% e 10,3% da receita líquida nos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente.

#### ***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 32.089 mil comparativamente a R\$ 3.197 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 28.892 mil ou 903,7%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 8,3% e 1,8% da receita líquida nos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos acima.

***Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)***

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de crédito R\$ 7.074 mil comparativamente a de R\$ 1.911 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 5.163 mil. Esta variação significativa da despesa é atribuída substancialmente à constituição de créditos sobre prejuízos fiscais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

***Lucro líquido do exercício***

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 39.163 mil comparativamente a R\$ 5.108 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 34.055 mil ou 666,7%. Lucro líquido do exercício representou 10,2% e 2,8% da receita líquida dos exercícios findos em 2018 e 2017, respectivamente.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2020 x 2019
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>866.279</b>	<b>52,7%</b>	<b>226.971</b>	<b>36,5%</b>	<b>281,7%</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>591.608</b>	<b>36,0%</b>	<b>77.639</b>	<b>12,5%</b>	<b>662,0%</b>
<b>Contas a receber</b>	<b>217.917</b>	<b>13,3%</b>	<b>116.508</b>	<b>18,7%</b>	<b>87,0%</b>
<b>Impostos a recuperar</b>	<b>22.687</b>	<b>1,4%</b>	<b>16.311</b>	<b>2,6%</b>	<b>39,1%</b>
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>6.692</b>	<b>0,4%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Outras contas a receber</b>	<b>27.375</b>	<b>1,7%</b>	<b>16.513</b>	<b>2,7%</b>	<b>65,8%</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>777.882</b>	<b>47,3%</b>	<b>395.651</b>	<b>63,5%</b>	<b>96,6%</b>
<b>Contas a receber</b>	<b>4.489</b>	<b>0,3%</b>	<b>5.183</b>	<b>0,8%</b>	<b>-13,4%</b>
<b>Impostos a recuperar</b>	<b>4.202</b>	<b>0,3%</b>	<b>12.558</b>	<b>2,0%</b>	<b>-66,5%</b>

<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>12.999</b>	<b>0,8%</b>	<b>15.171</b>	<b>2,4%</b>	<b>-14,3%</b>
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>2.463</b>	<b>0,1%</b>	<b>5.519</b>	<b>0,9%</b>	<b>-55,4%</b>
<b>Outras contas a receber</b>	<b>5.094</b>	<b>0,3%</b>	<b>4.130</b>	<b>0,7%</b>	<b>23,3%</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>356.514</b>	<b>21,7%</b>	<b>208.314</b>	<b>33,5%</b>	<b>71,1%</b>
<b>Intangível</b>	<b>392.121</b>	<b>23,8%</b>	<b>144.776</b>	<b>23,3%</b>	<b>170,8%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.644.161</b>	<b>100,0%</b>	<b>622.622</b>	<b>100,0%</b>	<b>164,1%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>165.649</b>	<b>10,1%</b>	<b>132.566</b>	<b>21,3%</b>	<b>25,0%</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>44.876</b>	<b>2,7%</b>	<b>70.520</b>	<b>11,3%</b>	<b>-36,4%</b>
<b>Debêntures</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.745</b>	<b>0,3%</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Fornecedores</b>	<b>17.803</b>	<b>1,1%</b>	<b>20.714</b>	<b>3,3%</b>	<b>-14,1%</b>
<b>Salários e encargos sociais a pagar</b>	<b>26.797</b>	<b>1,6%</b>	<b>19.650</b>	<b>3,2%</b>	<b>36,4%</b>
<b>Impostos a recolher</b>	<b>18.812</b>	<b>1,1%</b>	<b>13.243</b>	<b>2,1%</b>	<b>42,1%</b>
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>10.646</b>	<b>0,6%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Obrigações por conta de aquisição de investimento</b>	<b>38.467</b>	<b>2,3%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Arrendamento Mercantil</b>	<b>7.645</b>	<b>0,5%</b>	<b>4.129</b>	<b>0,7%</b>	<b>85,2%</b>
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>603</b>	<b>0,0%</b>	<b>2.565</b>	<b>0,4%</b>	<b>-76,5%</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>252.762</b>	<b>15,4%</b>	<b>281.059</b>	<b>45,1%</b>	<b>-10,1%</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>162.260</b>	<b>9,9%</b>	<b>145.595</b>	<b>23,4%</b>	<b>11,4%</b>
<b>Debêntures</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>102.822</b>	<b>16,5%</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Partes relacionadas</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Provisão para contingências</b>	<b>2.579</b>	<b>0,2%</b>	<b>7.432</b>	<b>1,2%</b>	<b>-65,3%</b>
<b>Provisão para perdas com investimentos</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	

<b>Impostos a recolher</b>	<b>13.995</b>	<b>0,9%</b>	<b>3.409</b>	<b>0,5%</b>	<b>310,5%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>2.000</b>	<b>0,1%</b>	<b>15.219</b>	<b>2,4%</b>	<b>-86,9%</b>
<b>Obrigações por conta de aquisição de investimento</b>	<b>51.257</b>	<b>3,1%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Arrendamento Mercantil</b>	<b>20.671</b>	<b>1,3%</b>	<b>4.647</b>	<b>0,7%</b>	<b>344,8%</b>
<b>Outras Contas a Pagar</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.935</b>	<b>0,3%</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.225.750</b>	<b>74,6%</b>	<b>208.997</b>	<b>33,6%</b>	<b>486,5%</b>
<b>Capital social</b>	<b>1.151.602</b>	<b>70,0%</b>	<b>69.202</b>	<b>11,1%</b>	<b>1564,1%</b>
<b>Gastos a emissão de ações</b>	<b>-107.937</b>	<b>-6,6%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Reserva de Lucros</b>	<b>157.857</b>	<b>9,6%</b>	<b>125.779</b>	<b>20,2%</b>	<b>25,5%</b>
<b>Transações de Capital</b>	<b>-10.520</b>	<b>-0,6%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>984</b>	<b>0,2%</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Ajuste acumulado de conversão</b>	<b>10.776</b>	<b>0,7%</b>	<b>-800</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-1447,0%</b>
<b>Atribuível ao controlador</b>	<b>1.201.778</b>	<b>73,1%</b>	<b>195.165</b>	<b>31,3%</b>	<b>515,8%</b>
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>	<b>23.972</b>	<b>1,5%</b>	<b>13.832</b>	<b>2,2%</b>	<b>73,3%</b>
<b>Total do passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>1.644.161</b>	<b>100,0%</b>	<b>622.622</b>	<b>100,0%</b>	<b>164,1%</b>

## **ATIVO**

### ***Caixa e equivalentes de caixa***

O caixa e equivalente de caixa da Companhia aumentaram em R\$ 513.969 mil, ou 662,0%, passando de R\$ 77.639 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 591.608 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento é decorrente, principalmente, dos recursos oriundos do IPO (oferta inicial de ações).

### ***Contas a receber (Curto e longo prazo)***

As contas a receber aumentaram em R\$ 111.577 mil, ou 80,7% passando de R\$ 138.204 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 249.781 em 31 de dezembro de 2020, derivado principalmente do crescimento da Companhia e aumento no prazo médio dos recebimentos.

### ***Despesas antecipadas***

As despesas antecipadas aumentaram em R\$ 6.692 mil, ou 100,0%, entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, principalmente, devido aos desembolsos realizados antecipadamente, no segmento Response, para suporte de eventuais gastos na operação emergencial.

#### ***Imobilizado***

O imobilizado aumentou em R\$ 148.200 mil, ou 71,1% passando de R\$ 208.314 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 356.514 mil em 31 de dezembro de 2020. A variação é relacionada principalmente à expansão de frotas e equipamentos especiais.

#### ***Intangível***

O intangível aumentou em R\$ 247.345 mil, ou 170,8% passando de R\$ 144.776 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 392.121 mil em 31 de dezembro de 2020. O aumento se deve, principalmente, ao ágio pago nas aquisições efetuadas ao longo de 2020.

### **PASSIVO**

#### ***Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)***

O saldo de empréstimos e financiamentos reduziu R\$ 8.979 mil, ou 4,2%, passando de R\$ 216.115 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 207.136 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, em função da liquidação antecipada das operações de capital de giro.

#### ***Debêntures (Curto e longo prazo)***

O saldo de debêntures diminuiu R\$ 104.567 mil, passando de R\$ 104.567 mil em 31 de dezembro de 2019 para zero em 31 de dezembro de 2020, devido a liquidação antecipada das debêntures.

#### ***Obrigações por conta de aquisição de investimento (Curto e longo prazo)***

O saldo de obrigações por conta de aquisição de investimento aumentou R\$ 89.724 mil, passando de zero em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 89.724 em 31 de dezembro de 2020, oriundo dos compromissos assumidos com os vendedores das empresas adquiridas.

#### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 1.225.750 mil, em comparação com R\$ 208.997 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$ 1.016.753 mil ou 486,5%, refere-se principalmente ao IPO (oferta inicial de ações).

### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2019 x 2018
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>226.260</b>	<b>36,3%</b>	<b>145.409</b>	<b>31,8%</b>	<b>55,6%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	77.639	12,5%	21.834	4,8%	255,6%
Contas a receber	115.797	18,6%	92.405	20,2%	25,3%
Impostos a recuperar	16.311	2,6%	15.607	3,4%	4,5%
Dividendos a receber	-	0,0%	425	0,1%	-100,0%
Despesas antecipadas					

Outras contas a receber	16.513	2,7%	15.138	3,3%	9,1%
<b>Não Circulante</b>	<b>396.362</b>	<b>63,7%</b>	<b>311.883</b>	<b>68,2%</b>	<b>27,1%</b>
Partes relacionadas	711	0,1%	549	0,1%	29,5%
Contas a receber	5.183	0,8%	6.218	1,4%	-16,6%
Impostos a recuperar	12.558	2,0%	20.310	4,4%	-38,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.171	2,4%	14.060	3,1%	7,9%
Depósitos judiciais	5.519	0,9%	4.426	1,0%	24,7%
Outras contas a receber	4.130	0,7%	797	0,2%	418,2%
Investimentos em controladas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imobilizado	208.314	33,5%	140.956	30,8%	47,8%
Intangível	144.776	23,3%	124.567	27,2%	16,2%
<b>Total do ativo</b>	<b>622.622</b>	<b>100,0%</b>	<b>457.292</b>	<b>100,0%</b>	<b>36,2%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>131.369</b>	<b>21,1%</b>	<b>126.587</b>	<b>27,7%</b>	<b>3,8%</b>
Empréstimos e financiamentos	70.520	11,3%	69.631	15,2%	1,3%
Debêntures	1.745	0,3%	1.247	0,3%	39,9%
Fornecedores	19.517	3,1%	20.154	4,4%	-3,2%
Salários e encargos sociais a pagar	19.650	3,2%	16.282	3,6%	20,7%
Impostos a recolher	13.243	2,1%	17.976	3,9%	-26,3%
Dividendos a pagar	-	0,0%	476	0,1%	-100,0%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras contas a pagar	6.694	1,1%	821	0,2%	715,3%
<b>Não Circulante</b>	<b>282.256</b>	<b>45,3%</b>	<b>149.120</b>	<b>32,6%</b>	<b>89,3%</b>
Empréstimos e financiamentos	145.595	23,4%	122.718	26,8%	18,6%
Debêntures	102.822	16,5%	7.514	1,6%	1268,4%
Partes relacionadas	1.197	0,2%	241	0,1%	396,7%
Provisão para contingências	7.432	1,2%	4.605	1,0%	61,4%
Provisão para perdas com investimentos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Impostos a recolher	15.219	2,4%	8.394	1,8%	81,3%
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.409	0,5%	2.124	0,5%	60,5%
Outras contas a pagar e provisões diversas	6.582	1,1%	3.524	0,8%	86,8%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>208.997</b>	<b>33,6%</b>	<b>181.585</b>	<b>39,7%</b>	<b>15,1%</b>
Capital social	69.202	11,1%	67.192	14,7%	3,0%
Reserva de Lucros	125.779	20,2%	102.805	22,5%	22,3%
Ajuste de avaliação patrimonial	984	0,2%	-	0,0%	0,0%
Ajuste acumulado de conversão	(800)	-0,1%	975	0,2%	-182,1%
<b>Atribuível ao controlador</b>	<b>195.165</b>	<b>31,3%</b>	<b>170.972</b>	<b>37,4%</b>	<b>14,2%</b>
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>	<b>13.832</b>	<b>2,2%</b>	<b>10.613</b>	<b>2,3%</b>	<b>30,3%</b>
<b>Total do passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>622.622</b>	<b>100,0%</b>	<b>457.295</b>	<b>100,0%</b>	<b>36,2%</b>

## ATIVO

### *Caixa e equivalentes de caixa*

O caixa e equivalente de caixa da Companhia aumentaram em R\$ 55.805 mil passando de R\$ 21.834 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 77.639 mil em 31 de dezembro de 2019. O

saldo final do caixa e equivalente de caixa é decorrente das captações efetivadas no período, parcialmente compensado por uma utilização do fluxo de caixa nas atividades de investimentos.

#### ***Contas a receber***

As contas a receber aumentaram em R\$ 23.392 mil, ou 25,3% passando de R\$ 92.405 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 115.797 mil em 31 de dezembro de 2019, derivado especialmente do aumento das receitas operacionais, e aumento no prazo médio de recebimento.

#### ***Imobilizado***

O imobilizado aumentou em R\$ 67.358 mil, ou 47,8% passando de R\$ 140.956 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 208.314 mil em 31 de dezembro de 2019. A variação é relacionada principalmente à expansão e renovação das frotas e equipamentos especiais.

#### ***Intangível***

O intangível aumentou em R\$ 20.209 mil, ou 16,2% passando de R\$ 124.567 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 144.776 mil em 31 de dezembro de 2019. A variação é relacionada, principalmente, ao ágio pago na aquisição da controlada ATMO e investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

### **PASSIVO**

#### ***Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)***

O saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$ 23.766 mil, ou 12,4%, passando de R\$ 192.349 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 216.115 mil em 31 de dezembro 2019. Esse aumento ocorreu em função das novas captações para renovação de frotas no período.

#### ***Debêntures (Curto e longo prazo)***

O saldo de debêntures aumentou R\$ 95.806 mil, passando de R\$ 8.761 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 104.567 mil em 31 de dezembro 2019. Esse aumento ocorreu em função de nova emissão, no valor de R\$ 100.000 mil, com prazo de 5 anos, sendo 24 meses de carência e 36 meses para pagamento do principal.

#### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 208.997 mil, em comparação com R\$ 181.585 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R\$ 27.412 mil ou 15,1%, refere-se substancialmente ao lucro do período.

### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

<b>(em R\$ mil, exceto %)</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AV</b>	<b>2018 x 2017</b>
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>145.409</b>	<b>31,8%</b>	<b>61.903</b>	<b>22,2%</b>	<b>134,9%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	21.834	4,8%	27.205	9,8%	-19,7%
Contas a receber	92.405	20,2%	22.141	8,0%	317,3%
Impostos a recuperar	15.607	3,4%	7.279	2,6%	114,4%
Dividendos a receber	425	0,1%	-	0,0%	100,0%

Despesas antecipadas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras contas a receber	15.138	3,3%	5.278	1,9%	186,8%
<b>Não Circulante</b>	<b>311.883</b>	<b>68,2%</b>	<b>216.332</b>	<b>77,8%</b>	<b>44,2%</b>
Partes relacionadas	549	0,1%	-	0,0%	100,0%
Contas a receber	6.218	1,4%	5.369	1,9%	15,8%
Impostos a recuperar	20.310	4,4%	8.915	3,2%	127,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.060	3,1%	1.520	0,5%	825,0%
Depósitos judiciais	4.426	1,0%	4.345	1,6%	1,9%
Outras contas a receber	797	0,2%	-	0,0%	100,0%
Investimentos em controladas	-	0,0%	18.393	6,6%	-100,0%
Imobilizado	140.956	30,8%	116.578	41,9%	20,9%
Intangível	124.567	27,2%	61.212	22,0%	103,5%
<b>Total do ativo</b>	<b>457.292</b>	<b>100,0%</b>	<b>278.235</b>	<b>100,0%</b>	<b>64,4%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>126.587</b>	<b>27,7%</b>	<b>56.715</b>	<b>20,4%</b>	<b>123,2%</b>
Empréstimos e financiamentos	69.631	15,2%	38.776	13,9%	79,6%
Debêntures	1.247	0,3%	-	0,0%	100,0%
Fornecedores	20.154	4,4%	4.599	1,7%	338,2%
Salários e encargos sociais a pagar	16.282	3,6%	8.289	3,0%	96,4%
Impostos a recolher	17.976	3,9%	3.169	1,1%	467,2%
Dividendos a pagar	476	0,1%	476	0,2%	0,0%
Outras contas a pagar	821	0,2%	1.406	0,5%	-41,6%
<b>Não Circulante</b>	<b>149.120</b>	<b>32,6%</b>	<b>81.526</b>	<b>29,3%</b>	<b>82,9%</b>
Empréstimos e financiamentos	122.718	26,8%	60.726	21,8%	102,1%
Debêntures	7.514	1,6%	8.817	3,2%	-14,8%
Impostos a recolher	8.394	1,8%	5.063	1,8%	65,8%
Partes Relacionadas	241	0,1%	2.948	1,1%	-91,8%
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.124	0,5%	-	0,0%	100,0%
Provisão para contingências	4.605	1,0%	3.235	1,2%	42,3%
Outras contas a pagar e provisões diversas	3.524	0,8%	737	0,3%	378,2%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>181.585</b>	<b>39,7%</b>	<b>139.994</b>	<b>50,3%</b>	<b>29,7%</b>
Capital social	67.192	14,7%	67.192	24,1%	0,0%
Reserva de Lucros	102.805	22,5%	71.896	25,8%	43,0%
Ajuste acumulado de conversão	975	0,2%	901	0,3%	8,2%
<b>Atribuível ao controlador</b>	<b>170.972</b>	<b>37,4%</b>	<b>139.989</b>	<b>50,3%</b>	<b>22,1%</b>
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>	<b>10.613</b>	<b>2,3%</b>	<b>5</b>	<b>0,0%</b>	<b>212.160,0%</b>
<b>Total do passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>457.292</b>	<b>100,0%</b>	<b>278.235</b>	<b>100,0%</b>	<b>64,4%</b>

## ATIVO

### *Caixa e equivalentes de caixa*

O caixa e equivalente de caixa da Companhia reduziu em R\$ 5.371 mil passando de R\$ 27.205 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 21.834 mil em 31 de dezembro de 2018. Consumido substancialmente nas atividades de investimentos.

#### ***Contas a receber***

As contas a receber aumentaram em R\$ 70.264 mil, ou 317,3% passando de R\$ 22.141 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 92.405 mil em 31 de dezembro de 2018, derivado especialmente do aumento das receitas operacionais, e aquisição do controle da Emergência Participações.

#### ***Imobilizado***

O imobilizado aumentou em R\$ 24.378 mil, ou 20,9% passando de R\$ 116.578 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 140.956 mil em 31 de dezembro de 2018. A variação é relacionada, principalmente, à expansão e renovação das frotas e equipamentos especiais.

#### ***Intangível***

O intangível aumentou em R\$ 63.355 mil, ou 103,5% passando de R\$ 61.212 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 124.567 mil em 31 de dezembro de 2018. A variação é relacionada, principalmente, ao ágio pago na aquisição da controlada WGRA e Emergência Participações e investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

#### ***Investimentos em controladas***

O investimento em controladas reduziu a zero de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018. A variação é devido à aquisição de controle da Emergência Participações em 2018, passando a Companhia a consolidar seus resultados.

### **PASSIVO**

#### ***Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)***

O saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$ 92.847 mil, ou 93,3%, passando de R\$ 99.502 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 192.349 mil em 31 de dezembro 2018. Esse aumento ocorreu em função das novas captações para renovação de frotas e aquisição das companhias no segmento Response.

#### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$ 181.585 mil, em comparação com R\$ 139.994 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta variação, de R\$ 41.591 mil ou 29,7%, refere-se substancialmente ao lucro do período.

### **FLUXO DE CAIXA**

#### **PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019**

(em R\$ mil, exceto %)	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020 x 31/03/2019
------------------------	------------	------------	-------------------------------

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(3.080)	13.862	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.438)	(21.928)	<b>70,6%</b>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.084	960	<b>12,9%</b>
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(8.434)	(7.106)	

#### ***Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais***

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$ 3.080 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparado a geração de R\$ 13.862 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019. Esse consumo de R\$ 16.942 mil, ou 122,1%, é justificado substancialmente pelo: (i) aumento no prazo médio de recebimento do contas a receber, devido à negociação, mediante solicitação dos clientes da Companhia; e (ii) aumento de pagamento aos fornecedores, devido à negociação e estratégia da gestão do caixa operacional.

#### ***Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 6.438 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparado a R\$ 21.928 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, essa redução de 70,6% é atribuída, principalmente, ao menor dispêndio de caixa na aquisição de bens do ativo imobilizado intangível no período findo em 31 de março de 2020, quando concluímos a aquisição da Allied Internacional Emergency, LLC, no Texas, Estados Unidos.

#### ***Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento***

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 1.084 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 960 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, mantendo-se, praticamente, estável, devido a um pequeno aumento de novos empréstimos e financiamentos e, em contraparte, uma pequena redução de pagamentos de empréstimos e financiamentos.

### **EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

<b>(em R\$ mil, exceto %)</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>2019 x 2018</b>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	72.999	45.574	<b>60,2%</b>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(78.421)	(87.107)	<b>(10,0)%</b>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	61.227	36.162	<b>69,3%</b>
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	55.805	(5.371)	

#### ***Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais***

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 72.999 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 45.574 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$ 27.425 mil, ou 60,2%, é justificado

substancialmente pelo aumento na geração operacional de caixa, devido (i) ao maior número de contratos celebrados pelas controladas da Companhia com clientes nos segmentos Environment e Response e (ii) ao aumento do número de bases no segmento Response.

#### ***Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 78.421 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 87.107 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de 10,0% é justificada principalmente pelo menor volume de aquisições realizadas em 2019 quando comparado a 2018 (ano no qual foram adquiridas participações em sociedades que atuam no segmento Response). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, houve um dispêndio principalmente com a expansão e renovação das frotas (caminhões, viaturas) e equipamentos especiais (aumento do número e adequação das bases), ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o dispêndio foi substancialmente pelas aquisições de participação societária descritas acima no segmento Response.

#### ***Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento***

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 61.227 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 36.162 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$ 25.065 mil, ou 69,3%, é justificado substancialmente pela primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, parcialmente compensado pelo pagamento concomitante de empréstimos e financiamentos (cédulas de crédito bancário), no âmbito do reperfilamento da dívida da Companhia.

#### **EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

<b>(em R\$ mil, exceto %)</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>2018 x 2017</b>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	45.574	12.491	<b>264,9%</b>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(87.107)	(399)	<b>(21.731,3)%</b>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	36.162	3.348	<b>980,1%</b>
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(5.371)	15.440	

#### ***Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais***

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 45.574 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 12.491 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R\$ 33.083 mil, ou 264,9%, é justificado, substancialmente, pelo aumento na geração operacional de caixa, devido (i) ao maior número de contratos celebrados pelas controladas da Companhia com clientes nos segmentos Environment e Response e (ii) ao aumento do número de bases no segmento Response. Adicionalmente, em 2018, houve a à aquisição de controle da Emergência Participações em 2018, passando a Companhia a consolidar seus resultados.

### ***Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 87.107 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 399 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A variação de 21.731,3% é justificada pelo maior número de aquisições de participações societárias em empresas que atuam no segmento Response, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado a 2017.

### ***Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento***

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 36.162 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 3.348 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R\$ 32.814 mil, ou 980,1%, é justificado substancialmente pela captação de empréstimos e financiamentos (cédulas de crédito bancário) para suportar as aquisições de participação societárias.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### (a) Resultados das operações do emissor

#### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita consolidada da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, estão descritos abaixo:

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Receita bruta de prestação de serviços	800.407	556.517	447.939
Cancelamentos	(7.001)	(3.123)	(2.431)
Impostos incidentes	(91.794)	(69.009)	(60.992)
Receita operacional líquida	<b>701.612</b>	<b>484.385</b>	<b>384.516</b>

- Receita Bruta de Prestação de Serviços: Consiste na receita advinda da prestação de serviços pelas controladas da Companhia nos segmentos de Environment e Response.
- Cancelamentos: Consiste no cancelamento de notas fiscais pela Companhia após o período da prestação de serviços, motivado, principalmente, por faturamento fora do prazo, de acordo com as políticas internas do cliente.
- Impostos Incidentes: Consiste nos impostos aplicáveis ao valor devido pela prestação de serviços das controladas da Companhia.

Adicionalmente, a receita bruta de prestação de serviços da Companhia é composta da receita bruta de prestação de serviços do segmento Response e a receita bruta de prestação de serviços do segmento Environment, conforme descrito abaixo:

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Receita bruta de prestação de serviços - Segmento Response	408.963	259.695	187.376
Receita bruta de prestação de serviços - Segmento Environment	391.444	296.822	260.563
Receita bruta de prestação de serviços	<b>800.407</b>	<b>556.517</b>	<b>447.939</b>

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

#### (ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Uma vez que a Companhia exerce a maior parte das suas atividades no Brasil, os seus resultados operacionais, fluxo de caixa e condição financeira, assim como os resultados operacionais, fluxo de caixa e condição financeira de seus clientes, podem ser afetados por condições econômicas gerais que ocorrem no Brasil.

O principal fator que afeta o resultado da Companhia são os índices de inflação atrelado ao preço dos insumos e de recomposição salarial da categoria, afetando diretamente os custos diretos na

prestação dos serviços. Além disso, como parte de nossas atividades é desenvolvida no exterior, somos afetados pela variação cambial do dólar, peso chileno e da libra esterlina.

**(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As receitas da Companhia estão sujeitas a reajustes anuais conforme variação dos índices de inflação para manter o equilíbrio das condições econômicas financeiras de seus contratos.

**(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Algumas categorias de custos e insumos estão sujeitas a variação de preços, como, por exemplo, mão-de-obra, combustível, equipamentos e materiais diversos aplicados na operação, embora não seja possível quantificar seus impactos no resultado da Companhia.

Não houve, em decorrência da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros, impacto no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia entre 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

#### (a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Em janeiro de 2018, a Companhia adquiriu complementarmente 49% da participação da Emergência Participações, passando a ser a controladora dos negócios e operações da Emergência no Brasil e no exterior. Para melhor análise das variações do ano de 2018 com relação ao ano de 2017, apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros do investimento relevante na controlada Emergência Participações e suas controladas em 2017:

<i>(em R\$ mil)</i>	<b>Consolidado</b>
	<b>Emergência</b>
Valor total do ativo	93.704
Valor total do passivo	48.009
Valor do Patrimônio Líquido atribuível ao controlador	36.068
Valor do Patrimônio Líquido atribuível ao não controlador	10.308
Receita líquida de vendas e serviços nacionais	168.824
Custos e despesas	(133.331)
Receitas financeiras	911
Despesas financeiras	(4.929)
Depreciações e amortizações	(5.618)
Outras receitas operacionais líquidas	422
Equivalência patrimonial	(1.226)
Despesa ou receita com impostos de renda e contribuição social	(9.606)
Lucro operacional	34.689

Não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e de 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa relevante.

#### (b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Além das aquisições/alienações de participação societária descritas nos itens 6.3 e 15.7 deste Formulário de Referência, não há outras operações desse tipo que tenham tido efeitos relevantes para a Companhia. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10 deste Formulário de Referência.

#### (c) Eventos ou operações não usuais

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados.

## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

### (a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

#### Adoção inicial da IFRS 16/CPC 06(R2)

A IFRS 16/ CPC 06 (R2) consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo.

Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguéis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento.

A Companhia efetuou a adoção pelo modelo retrospectivo simplificado conforme facultado pela norma.

#### IFRIC 23/ICPC 22

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a Companhia deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames, e concluiu que não há impactos significativos.

#### *Outros pronunciamentos e interpretações*

Além das alterações das práticas contábeis descritas acima, não há outras normas, alterações de normas e interpretação que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis.

### (b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis:

**Valor**

---

(em R\$ mil)

**Total ativo não circulante**

**6.030**

**Passivo circulante**

Passivo de arrendamento

2.276

Juros a apropriar de contratos de arrendamento

(120)

**Passivo não circulante**

Passivo de arrendamento

5.121

Juros a apropriar de contratos de arrendamento

(1.247)

**Total passivo**

**6.030**

**(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas ou ênfases.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Diretoria da Companhia elabora suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Contudo, é necessário a aplicação de estimativas contábeis críticas e julgamentos da Diretoria da Companhia no processo de adoção dessas práticas. Dessa forma, evidenciamos a seguir as premissas que podem ser afetadas por tais estimativas.

### *Uso de estimativas contábeis e julgamento*

A elaboração de informações contábeis intermediárias e demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, Perda Estimada para Créditos Duvidosos, Provisão para urbanização de aterro, Imposto de Renda e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Essa política contábil crítica pode impactar as demonstrações financeiras da Companhia na medida em que impacta a determinação dos valores das linhas ativos imobilizados e intangíveis, Perda Estimada para Créditos Duvidosos, Provisão para urbanização de aterro, Imposto de Renda e provisão para contingências, e pode ser revista, caso a estimativa seja questionada ou outra estimativa seja considerada mais adequada.

### *Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado*

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Essa política contábil crítica pode impactar as demonstrações financeiras da Companhia na medida em que há o reconhecimento da perda por imparidade ao resultado.

### *Investimentos em controladas*

Os investimentos mantidos em sociedade controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas, quando aplicável, às práticas contábeis da Companhia. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente, ajustados pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos das investidas, deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável.

As demonstrações contábeis dos investimentos no exterior são convertidas para as mesmas práticas contábeis e moeda de apresentação da Companhia. Os ajustes de moeda são

classificados na rubrica "Ajuste acumulado de conversão – patrimônio líquido". A realização ocorre quando a baixa, alienação, recebimento de dividendos desses investimentos.

Essa política contábil crítica pode impactar as demonstrações financeiras da Companhia na medida em que a Companhia consolida o resultado líquido das participações societárias detidas em empresas do grupo.

## **10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Item não aplicável, uma vez que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Item não aplicável, uma vez que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Item não aplicável, uma vez que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**(iv) Contratos de construção não terminada**

Item não aplicável, uma vez que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Item não aplicável, uma vez que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

## **10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

### **(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### **(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### **(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

## 10.8 - Plano de Negócios

### (a) Investimentos

#### (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2020 o intangível variou R\$ 247.345 mil, derivado principalmente de ágio das aquisições e foram investidos R\$249.702 mil em R\$ 209.591 mil em adições ao imobilizado sendo a maioria para veículos, máquinas e equipamentos devido aos novos contratos de prestação de serviço de Environment e expansão das bases de Response. .

#### (ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Para consecução dos investimentos em andamento descrito acima, a Companhia conta com duas fontes de financiamento principais: (i) geração de caixa da Companhia e (ii) mercado de capitais.

#### (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía desinvestimentos em andamento ou previsto.

### (b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não havia adquirido plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que fossem influenciar materialmente sua capacidade produtiva. Não obstante, a Companhia e suas controladas investem constantemente em Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento, bem como em estudos e atualizações em novas tecnologias, uma vez que acredita que tais investimentos sejam capazes de alavancar os negócios da Companhia.

### (c) Novos produtos e serviços:

A Companhia trabalhado para ampliar o seu portfólio de serviço e tem desenvolvido, no âmbito de seu projeto de investimento em pesquisa, inovação e desenvolvimento, alguns produtos desenvolvidos na valorização de resíduos, dentre os quais destacam-se: (i) Ecosolo – condicionador de solo; e (ii) Ecobase – artefatos cimentícios.

#### (i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de produtos relacionados à valorização de resíduos, conforme descrito acima.

#### (ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Nos últimos 3 anos, houve o investimento de aproximadamente 1% da receita líquida do segmento Environment para desenvolvimento de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos.

#### (iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Desenvolvimento de produtos relacionados à valorização de resíduos, conforme descrito acima.

#### (iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos últimos 3 anos houve o investimento de aproximadamente 1% da receita líquida do segmento Environment.

#### **10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Não aplicável, tendo em vista que não há relevância nas despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.



## **AMBIPAR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**

CNPJ/ME nº 12.648.266/0001-24

NIRE 35.3.0038.446-6

### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022**

#### **Anexo II PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

**(CONFORME ANEXO 9-1-II DA ICVM 481/2009)**

##### **1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido da Companhia apurado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi no montante total de R\$144.163.198,79 (cento e quarenta e quatro milhões, cento e sessenta e três mil, cento e noventa e oito reais e setenta e nove centavos).

##### **2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

O montante global de R\$34.238.759,71 (trinta e quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos). Valor por ação dos dividendos é R\$0,3031707.

<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>R\$ 144.163.198,79</b>
<b>Reserva Legal</b>	5,00%
	<b>R\$ 7.208.159,94</b>
Lucro Líquido ajustado pela Reserva Legal	R\$ 136.955.038,85
<b>Dividendos</b>	25,00%
	<b>R\$ 34.238.759,71</b>
<b>Reserva de Lucros a Realizar</b>	<b>R\$ 102.716.279,14</b>
Quantidade de ações	112.935.588
Dividendos por ação	<b>R\$ 0,3031707</b>

##### **3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

O montante global distribuído aos acionistas a título de dividendos corresponde a 23,75% do lucro líquido do exercício e 25,0% do lucro líquido ajustado pela reserva legal.

##### **4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não aplicável

##### **5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados já declarados:**

*a. O valor bruto de dividendo, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe*

R\$34.238.759,71 (trinta e quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos), R\$0,3031707 por ação

- b. *A forma e o prazo de pagamento dos dividendos*  
A ser deliberado na Assembleia
- c. *Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos*  
Não aplicável
- d. *Data da declaração de pagamento dos dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento*  
29/04/2022

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

- a. *Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados*  
Não aplicável
- b. *Informar a data dos respectivos pagamentos*  
Não aplicável

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

- a. *Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores*

<b>Lucro por ação</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro das operações atribuível aos Acionistas da controladora após deduções	R\$44.826.142,03	R\$31.497.217,54	R\$36.443.011,31
Quantidade de ações ordinárias	112.935.588	69.202.254	69.202.254
Lucro líquido por ação (em Reais)	<b>R\$ 0,40</b>	<b>R\$ 0,46</b>	<b>R\$ 0,53</b>

- b. *Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores*

<b>Dividendo por ação</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Dividendos distribuídos do Lucro Líquido	R\$10.646.208,73	R\$8.524.438,96	R\$5.533.000,00
	112.935.588	69.202.254	69.202.254
Dividendo por ação (em Reais)	R\$ 0,09	R\$ 0,12	R\$ 0,08

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

- a. *Identificar o montante destinado à reserva legal*  
A administração da Companhia propõe a destinação do montante de R\$7.208.159,94 (sete milhões, duzentos e oito mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos), correspondente a 5% do lucro líquido apurado no exercício, à constituição da reserva legal da Companhia, em conformidade com a Lei das S.A. e o Estatuto Social.

*b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal*

Nos termos do art. 193 da Lei das S.A., antes de qualquer outra destinação, parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício deve ser aplicada na constituição da reserva legal, conforme demonstrado abaixo:

<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>R\$ 144.163.198,79</b>
<b>Reserva Legal</b>	5,00%
	<b>R\$ 7.208.159,94</b>

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos*
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos*
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa*
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais*
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe*

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui ações preferenciais.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto*  
Conforme Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido da Companhia ajustado, apurado pelo saldo remanescente após as deduções e acréscimos previstos na Lei das S.A.
- b. Informar se ele está sendo pago integralmente*  
A proposta da Administração contempla o pagamento integral.
- c. Informar o montante eventualmente retido*  
Não aplicável, tendo em vista que não houve a retenção do dividendo mínimo obrigatório.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

- a. Informar o montante da retenção*
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos*
- c. Justificar a retenção dos dividendos*  
Não aplicável, considerando que não houve a retenção do dividendo obrigatório

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

- a. Identificar o montante destinado à reserva*
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa*
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável*
- d. Justificar a constituição da reserva*

Não aplicável, considerando que não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

*a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar*

R\$102.716.279,14 (cento e dois milhões, setecentos e dezesseis mil, duzentos e setenta e nove reais e quatorze centavos)

*b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva*

Lucros dos exercícios anteriores menos outras destinações, advindos das participações societárias conforme objeto da Companhia

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

*a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva*

*b. Identificar o montante destinado à reserva*

*c. Descrever como o montante foi calculado*

Não aplicável, considerando que não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

*a. Identificar o montante da retenção*

*b. Fornecer cópia do orçamento de capital*

Não aplicável, considerando que não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

*a. Informar o montante destinado à reserva*

*b. Explicar a natureza da destinação*

Não aplicável, considerando que não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

## **AMBIPAR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**

CNPJ/ME nº 12.648.266/0001-24

NIRE 35.3.0038.446-6

### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2022**

#### **Anexo III – Item 13 do Formulário de Referência**

#### **(Fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022)**

### **13. Remuneração dos administradores**

#### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

##### **(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui política de remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020 e poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia ([www.ambipar.com/ri](http://www.ambipar.com/ri)) ("Política de Remuneração"). Não obstante, os objetivos e práticas de remuneração da Companhia, estão alinhados às práticas de mercado, com o intuito de atrair e reter talentos e bons profissionais que demonstrem qualificação, competência e perfil alinhado às características e necessidades da Companhia.

A Companhia determina as remunerações de seus profissionais de acordo com: (a) as funções e responsabilidades de cada um; (b) o padrão de outros executivos e profissionais no mercado imobiliário, e (c) o desempenho coletivo das equipes, no que tange as metas operacionais e de lucratividade.

Nos três últimos exercícios sociais, os administradores da Companhia, exceto por dois diretores (conforme descrito no item 13.15 deste Formulário de Referência), não eram remunerados em função do cargo que ocupavam na Companhia. Isso porque eram administradores das demais subsidiárias operacionais, recebendo diretamente delas. Sem prejuízo, para melhor compreensão dos investidores, apresentamos no item 13.2 esses valores da remuneração dos administradores estatutários da Companhia pagos por controladas.

Cabe a ressalva de que os valores se referem aos cargos ocupados nas subsidiárias da Companhia e não aos cargos ocupados na Companhia. A remuneração, nos três últimos exercícios sociais, foi "quantificada" considerando a contratação do executivo para atuar no Grupo AMBIPAR, de acordo com o valor pago a posições semelhantes no mercado e com as funções a serem assumidas no Grupo. Dessa forma, pela maneira que estão representados no item 13.2, há remuneração diferente entre os conselheiros, bem como há conselheiros que recebem mais que diretores estatutários.

Com a aprovação da Política de Remuneração, os conselheiros passaram a ser remunerados diretamente pela Companhia, conforme remuneração global aprovada em assembleia geral de acionistas.

## **(b) composição da remuneração**

### **(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A remuneração dos Executivos da Companhia poderá ser composta da seguinte forma:

#### **Remuneração Fixa**

*Pró-labore mensal fixo:* tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos nossos membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio. Os Executivos podem ser elegíveis a uma remuneração fixa, a qual utiliza como referência pesquisas salariais sobre empresas de mesmo porte da Companhia, principalmente aquelas de áreas de atuação similares à da Companhia.

*Benefícios:* visam complementar a remuneração com benefícios da assistência social de forma a dar uma maior segurança aos nossos Executivos e permitir foco no desempenho de suas funções.

#### **Remuneração Variável**

*Programa de participação nos lucros e resultados:* Remuneração a ser paga, mediante deliberação do Conselho de Administração, a qual objetivará premiar o alcance e superação das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do nosso negócio em cada exercício social.

#### **Diretoria Estatutária**

Os diretores estatutários da Companhia receberão um pró-labore mensal fixo, definido de acordo com a negociação individual com cada um dos diretores estatutários, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais referentes a empresas de mesmo porte da Companhia, principalmente aquelas de áreas de atuação similares à da Companhia, observadas as disposições da Política.

Os diretores estatutários, no ano de 2021, serão elegíveis ao recebimento de remuneração variável, na modalidade "Bônus", desde que atingidas as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os diretores estatutários da Companhia também poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) plano de saúde, conforme política da Companhia; (ii) vale refeição; (iii) possibilidade de uso do carro da Companhia para desempenhar suas atividades; e (iv) uso de telefone celular da empresa.

#### **Diretores Executivos**

Assim como os diretores estatutários, os diretores executivos da Companhia receberão um pró-labore mensal, definido de acordo com a negociação individual com cada um desses membros, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais referentes a empresas de mesmo porte da Companhia, principalmente aquelas de áreas de atuação similares à da Companhia, observada a Política de Remuneração.

Os diretores executivos da Companhia também poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) plano de saúde, conforme política da Companhia; (ii) vale refeição; (iii) possibilidade de uso do carro da Companhia para desempenhar suas atividades; e (iv) uso de telefone celular da empresa.

#### **Conselheiros**

Os Conselheiros da Companhia terão remuneração mensal, baseada na dedicação de tempo e responsabilidade das suas atribuições.

Os Conselheiros receberão um pró-labore mensal fixo.

A Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos Conselheiros, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras apenas relacionadas ao comparecimento nas reuniões do Conselho de Administração, e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro.

### **Membros de Comitês**

Os membros do Comitê de Auditoria e de eventuais outros comitês da Companhia são elegíveis a uma remuneração fixa mensal.

Os membros do Comitê de Auditoria que forem membros do Conselho de Administração não farão jus ao recebimento de remuneração adicional.

#### **(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Os membros da administração da Companhia não eram remunerados diretamente pela Companhia nos três últimos exercícios sociais. A remuneração que recebiam em função dos cargos ocupados em subsidiárias (e por elas suportada) era composta 100% por remuneração fixa.

Para o exercício social de 2021, e conforme descrito no item (i) acima, a remuneração será composta 100% por remuneração fixa, salvo quanto aos diretores estatutários, que são elegíveis ao recebimento de bônus na hipótese de atingimento das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência, a Companhia aprovou Política de Outorga de Ações (entrega de ações restritas), no entanto, ainda não foram outorgadas quaisquer ações, de modo que não há valor previsto para remuneração baseada em ações para o exercício social corrente.

#### **(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público vinculada aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de mesmo porte, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o reajuste considerando a atualização monetária.

#### **(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

#### **(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, eram remunerados por uma de suas subsidiárias, em virtude das funções que ocupavam em empresas do grupo, inclusive a Companhia. Para mais informações, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

Ainda, os membros do Conselho de Administração da Companhia não são remunerados em virtude do cargo que ocupam na Companhia, uma vez que também atuam como membro da administração em outras empresas do grupo (vide item 12.10 deste Formulário de Referência) e já recebem remuneração em virtude disso. Sem prejuízo, para melhor compreensão dos investidores, apresentamos no item 13.2 os valores da remuneração dos administradores estatutários da Companhia pagos por controladas em função dos cargos ocupados em referidas subsidiárias.

**(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público vinculada aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o reajuste considerando a atualização monetária.

**(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A prática de remuneração da Companhia procura incentivar os administradores da Companhia a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia. A Companhia busca tal alinhamento por meio de pro-labore e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

**(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os administradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos administradores com o da Companhia.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Nos três últimos exercícios sociais, os diretores estatutários da Companhia eram remunerados pela Ambipar Environmental Solutions Ltda. e pela Ambipar Response S.A. pelas funções que ocupam tanto na Companhia quanto em suas subsidiárias, uma vez que são administradores de outras empresas do Grupo AMBIPAR. Para mais informações, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração não recebiam pelo cargo ocupado na Companhia e sim pela sua função no Grupo AMBIPAR, sendo essa remuneração suportada pela respectiva controlada.

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável, uma vez que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

A remuneração global dos administradores é definida em linha com o planejamento estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração e, posteriormente, em Assembleia Geral.

Cabe ao Conselho de Administração, por sua vez, a fixação da remuneração individual dos administradores, observado o limite aprovado em assembleia.

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

Os estudos realizados pela Companhia para fixação da remuneração individual dos administradores baseiam-se em referências de mercado, levando-se em consideração práticas de empresas do mesmo setor, assim como de porte e características similares à Companhia e referências internas. Tal estratégia tem como objetivo garantir o alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade da estrutura de remuneração da Companhia.

**(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

Nos termos da Política de Remuneração, o alinhamento da estrutura de remuneração às estratégias da Companhia é reavaliado periodicamente no Conselho de Administração, no âmbito da apreciação da proposta de orçamento e planejamento estratégico da Companhia.

## 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	-	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	-	7,00
<b>Remuneração fixa anual</b>			-	
Salário ou pró-labore	1.834.465,68	1.510.657,20	-	3.345.062,88
Benefícios direto e indireto	14.001,36	23.527,44	-	37.528,80
Participações em comitês	0,00	0,00	-	
Outros	366.881,14	302.131,44	-	669.012,58
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020	-	
<b>Remuneração variável</b>			-	
Bônus	0,00	800.000,00	-	800.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	-	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	-	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	-	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
<b>Total da remuneração</b>	2.215.288,18	2.636.316,08	-	4.851.604,26

<b>Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 – Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	5,00	4,00	-	9,00
Nº de membros remunerados	1,50	4,00	-	5,50
<b>Remuneração fixa anual</b>			-	
Salário ou pró-labore	913.212,72	1.473.002,10	-	2.386.214,82
Benefícios direto e indireto	3.236,52	18.926,84	-	22.163,36
Participações em comitês	0,00	0,00	-	
Outros	120.716,24	83.279,76	-	203.996,20
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020	-	
<b>Remuneração variável</b>			-	
Bônus	0,00	0,00	-	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	-	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	-	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	-	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
<b>Total da remuneração</b>	1.037.165,48	1.575.208,90	-	2.612.374,38

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	5,00	2,00	-	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	-	5,17
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.009.157,00	297.931,00	-	1.309.288,00
Benefícios direto e indireto	6.165,15	9.016,59	-	16.300,49
Participações em comitês	-	-	-	0,00
Outros	201.853,08	60.237,08	-	262.090,16
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessação do cargo</b>	-	-	-	-
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	-	-	-	-
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores apresentados neste item referem-se aos valores pagos pelas subsidiárias da Companhia aos administradores estatutários da Companhia pelas funções a elas prestadas.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores apresentados neste item referem-se aos valores pagos pelas subsidiárias da Companhia aos administradores estatutários da Companhia pelas funções a elas prestadas. Para evitar duplicidade, a remuneração	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
		recebida por diretor que também era membro do conselho de administração, foi reportada apenas como remuneração da diretoria.		
<b>Total da remuneração</b>	1.217.175,23	367.184,67	0,00	1.584.359,90

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,17	2,00	0,00	5,17
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	5,17
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	570.862,80	215.297,20	-	786.160,00
Benefícios direto e indireto	3.284,24	8.638,53	-	11.922,77
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	114.259,28	44.359,24	-	158.618,52
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessação do cargo</b>	-	-	-	-
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	-	-	-	-
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado	

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	duas casas decimais. Os valores apresentados neste item referem-se aos valores pagos pelas subsidiárias da Companhia aos administradores estatutários da Companhia pelas funções a elas prestadas.	duas casas decimais. Os valores apresentados neste item referem-se aos valores pagos pelas subsidiárias da Companhia aos administradores estatutários da Companhia pelas funções a elas prestadas. Para evitar duplicidade, a remuneração recebida por diretor que também era membro do conselho de administração, foi reportada apenas como remuneração da diretoria.	mensalmente, com duas casas decimais.	
<b>Total da remuneração</b>	688.406,32	268.294,97	0,00	956.701,29

**Observação:** Nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 alguns Administradores exerceram e/ou exercem outras atividades para a Grupo Econômico e não foram remunerados pela função de Conselheiros. Porém o valor das remunerações recebidas por estas outras atividades, foram consideradas no valor total da remuneração do Conselho.

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

#### Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	5,00	4,00	0,00	9,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

#### Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	5,00	2,00	0,00	7,00

<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

#### Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	3,00	2,00	0,00	5,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

#### Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	3,00	2,00	0,00	5,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

## 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

### (a) Termos e condições gerais

A Companhia possui uma Política de Outorga de Ações, a qual foi aprovada em assembleia geral extraordinária realizada em 08 de abril de 2020 ("Política") e disciplina as regras aplicáveis para a concessão aos Beneficiários (conforme definido abaixo) de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações Restritas").

Podem ser beneficiários da Política, os administradores e empregados selecionados e aprovados pelo Conselho de Administração para participarem da Política e que manifestaram a vontade de aderir à Política e ao respectivo programa mediante a celebração do respectivo contrato de outorga, em favor dos quais a Companhia outorgará, sujeito às condições previstas na Política e respectivo programa e contrato de outorga, Ações Restritas ("Beneficiários").

Para disciplinar as condições específicas relacionadas às Ações Restritas, haverá programas periódicos para a outorga de Ações Restritas criados, aprovados e/ou cancelados pelo Conselho de Administração ("Programas"), no âmbito dos quais serão celebrados instrumentos particulares de outorga de Ações Restritas celebrados entre a Companhia e os Beneficiários, por meio dos quais a Companhia outorgará Ações Restritas aos Beneficiários ("Contratos de Outorga").

A Política e seus Programas serão administrados pelo Conselho de Administração ou por comitê indicado pelo Conselho de Administração e poderá ser extinta, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, sendo certo que as outorgas de Ações Restritas realizadas anteriormente à extinção da Política permanecerão em vigor.

Observadas as condições gerais da Política, o Conselho de Administração terá amplos poderes para, com a devida observância das disposições legais, praticar todos os atos reputados necessários e convenientes à administração da Política e dos Programas, inclusive:

- (a) a criação de Programas e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas;
- (b) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Ações Restritas em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente;
- (c) a autorização para alienação/concessão de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das Ações Restritas, nos termos da Política, Programas e da ICVM 567 ou, na hipótese de não haver ações em tesouraria, liquidar a obrigação de entrega das Ações Restritas em dinheiro;
- (d) tomar quaisquer providências necessárias para a administração da Política e respectivos Programas, incluindo a aprovação dos Contratos de Outorga a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários; e
- (e) imposição de restrições às Ações Restritas, tais como períodos de vedação à negociação de ações.

### (b) Principais objetivos do plano

A Política tem por objetivo permitir a concessão aos Beneficiários aprovados pelo Conselho de Administração a oportunidade de receber Ações Restritas, sujeitas ao cumprimento das condições previstas em cada Programa e Contrato de Outorga, de modo a promover: (a) o alinhamento entre os interesses dos Beneficiários e os interesses dos acionistas da Companhia; e (b) o estímulo da permanência dos Beneficiários na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

**(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos**

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a Companhia.

**(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

A Política de Outorga de Ações se insere na Política de Remuneração da Companhia, uma vez que (i) essa tem como principal função alinhar os interesses dos administradores aos objetivos da Companhia; e (ii) aquela alinha os interesses dos Beneficiários ao desempenho das ações da Companhia e, conseqüentemente, ao seu resultado operacional, estimulando-os a atuar para a consecução dos objetivos sociais da Companhia.

**(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

A outorga no âmbito da Política está condicionada à prestação de serviços pelo Beneficiário à Companhia ou suas sociedades controladas em diferentes prazos de carência. Com isso, há a retenção de um administrador que não só quer permanecer na Companhia como também quer gerar valor para suas ações com sentimento de "dono".

**(f) Número máximo de ações abrangidas**

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito da Política, ações representativas de, no máximo, 3% (três por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação da Política, o qual poderá ser ajustado nos casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos, entre outros.

**(g) Número máximo de opções a serem outorgadas**

Não aplicável, considerando que se trata de plano de entrega de ações.

**(h) Condições de aquisição de ações**

O Conselho de Administração da Companhia aprovará, em cada Programa, o número de Ações Restritas a serem outorgadas, os Beneficiários eleitos bem como os termos e condições para a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

A outorga de Ações Restritas, conforme aplicável, será formalizada por meio da celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Beneficiários.

**(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de exercício será fixado pelo Conselho de Administração em cada Contrato de Outorga.

**(j) Critérios para fixação do prazo de exercício**

O prazo de exercício será fixado pelo Conselho de Administração em cada Contrato de Outorga.

**(k) Forma de liquidação**

A transferência efetiva das Ações Restritas aos Beneficiários somente ocorrerá quando do atendimento das condições e dos termos previstos nos Programas e nos Contratos de Outorga, conforme aplicável. Até a data em que a titularidade das Ações Restritas seja efetivamente transferida aos Beneficiários nos termos de cada Programa e Contrato de Outorga, os Beneficiários não terão nenhum direito ou prerrogativa na qualidade de acionistas da Companhia com relação a tais Ações Restritas, em especial

o direito de voto e o direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas.

Observadas as condições estabelecidas nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, o direito do Beneficiário de efetivamente receber a titularidade das Ações Restritas ficará condicionado à contínua prestação de serviços pelo Beneficiário à Companhia ou suas sociedades controladas a partir da Data de Outorga até o período de carência a ser indicado em cada um dos Programas e respectivos Contratos de Outorga.

O Conselho de Administração poderá estabelecer nos Programas que a quantidade de Ações Restritas que a Companhia efetivamente entregará ao Beneficiário variará conforme o atingimento de determinadas métricas de desempenho da Companhia, conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração nos Programas e respectivos Contratos de Outorga.

Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos da Política, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, transferirá as ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da ICVM 567. Na hipótese de não haver ações em tesouraria e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado em virtude de restrições legais ou regulamentares, o Conselho de Administração poderá optar por liquidar a entrega das Ações Restritas em dinheiro, ocasião em que a Companhia descontará e reterá quaisquer impostos aplicáveis quando da referida liquidação em dinheiro.

#### **(l) Restrições à transferência das ações**

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá impor termos e/ou condições precedentes para a entrega de ações, bem como impor restrições à transferência das ações de emissão da Companhia adquiridas.

#### **(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Os Programas poderão prever condições de antecipação das outorgas de Ações Restritas, inclusive em situação de alteração do controle da Companhia.

Ainda, nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, agrupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes na Política e respectivos Programas, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários

Por fim, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais da Política poderá levar à sua revisão integral.

#### **(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Nas hipóteses de término da relação jurídica entre os Beneficiários e a Companhia ou sociedade por ela controlada, por qualquer motivo, incluindo, sem limitação, a renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, aposentadoria acordada com a Companhia, invalidez permanente ou falecimento, as Ações Restritas a eles conferidas de acordo com a Política poderão ser extintas ou modificadas, conforme vier a ser estabelecido nos respectivos Programas.

### **13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Adicionalmente, não houve outorga no âmbito da Política de Outorga de Ações mencionada no item 13.4 no exercício social corrente.

### **13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

### **13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

**13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

Não aplicável, tendo em vista que os itens 13.5 a 13.7 não são aplicáveis à Companhia.

**13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

	<b>Exercício encerrado em 31/12/2020</b>			
<b>Sociedade</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Companhia	63.555.474	0	0	0

### **13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável, uma vez que os diretores estatutários e os membros do conselho de administração não possuem planos de previdência.

### 13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

#### Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Nº de membros</b>	4,00	2,00	2,00	5,00	5,00	3,17
<b>Nº de membros remunerados</b>	4,00	2,00	2,00	1,50	0,00	0,00
<b>Valor da maior remuneração (Reais)</b>	541.244,26	298.503,42	181.696,65	N/A	N/A	N/A
<b>Valor da menor remuneração (Reais)</b>	293.175,90	72.000,00	86.598,32	N/A	N/A	N/A
<b>Valor médio da remuneração (Reais)</b>	393.802,23	183.592,34	134.147,49	N/A	N/A	N/A

#### Observação

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2020</b>	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses.
<b>31/12/2019</b>	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses.
<b>31/12/2018</b>	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses.

Conselho de Administração	
<b>31/12/2020</b>	Nenhum Conselheiro exerceu o cargo por 12 meses.
<b>31/12/2019</b>	Nenhum Conselheiro era remunerado pela função de Conselheiro.
<b>31/12/2018</b>	Nenhum Conselheiro era remunerado pela função de Conselheiro.

**Conselho Fiscal**

<b>31/12/2020</b>	A Companhia não possuía Conselho Fiscal em 2020.
<b>31/12/2019</b>	A Companhia não possuía Conselho Fiscal em 2019.
<b>31/12/2018</b>	A Companhia não possuía Conselho Fiscal em 2018.

### **13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

### **13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Não aplicável, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais não houve pagamento de remuneração pela Companhia a seus administradores, que sejam partes relacionadas aos controladores.

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não aplicável, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais, os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebiam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Nos três últimos exercícios sociais, os diretores estatutários da Companhia e alguns membros do Conselho eram remunerados pela Ambipar Environmental Solutions Ltda. e pela Ambipar Response S.A. pelas funções que ocupam tanto na Companhia quanto em suas subsidiárias, uma vez que são administradores de outras empresas do Grupo AMBIPAR.

**Exercício social 2020 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor**

(em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	373.310,24	1.575.208,90	0,00	1.948.519,14
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

**Exercício social 2019 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor**

(em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	1.217.175,23	370.503,42	0,00	1.587.678,65
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

**Exercício social 2018 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor**

(em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	688.406,32	268.294,97	0,00	956.701,29
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

### **13.16 - Outras informações relevantes**

Os valores apresentados nas notas explicativas 16.2 (demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e 2019) e 15.2 (demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018) abrangem outras pessoas além dos administradores da Companhia. Dessa forma, os valores apresentados nas respectivas demonstrações financeiras não coincidem com os valores do item 13.2.

**AMBIPAR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**

CNPJ/ME nº 12.648.266/0001-24

NIRE 35.3.0038.446-6

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2022****Anexo IV – Item 12.5 até 12.10 do Formulário de Referência****12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
Tércio Borlenghi Junior 101.544.328-14 Não Aplicável	17/03/1970 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 – Presidente do Conselho de Administração	17/02/2020 17/02/2020	2 anos Sim	5 100,0%
Thiago da Costa Silva 224.653.698-73 Diretor Financeiro	09/03/1984 Contador	Pertence apenas à Diretoria 12 – Diretor de Relações com Investidores	17/02/2020 17/02/2020	3 anos Sim	0 100,0%
Alessandra Bessa Alves de Melo 094.259.048-12	04/10/1971 Advogada	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/01/2022 28/01/2022	2 anos Sim	0 100,0%
Leon Tondowski 533.048.618-15 Não aplicável	15/12/1947 Engenheiro Civil	Pertence apenas à Diretoria 10 – Diretor Presidente	18/08/2021 18/08/2021	3 anos Sim	0 100,0%
Luciana Freire Barca Nascimento 126.428.758-57 Diretora Adjunta	03/12/1969 Administradora de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 19 – Outros Diretores	17/02/2020 17/02/2020	3 anos Sim	5 100,0%

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
Dennys Spencer Maio 277.185.038-95 7	09/01/1980 Engenheiro Químico	Pertence apenas à Diretoria 19 – Outros Diretores	17/02/2020 17/02/2020	3 anos Sim	5 100,0%
José Carlos de Souza 546.551.378-00 Membro do Comitê de Auditoria	24/08/1953 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Administração (Independente)	17/02/2020 17/02/2020	2 anos Sim	0 100,0%
Marcos de Mendonça Peccin 074.858.428-54 Membro do Comitê de Auditoria	19/04/1965 Contador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Administração (Independente)	17/02/2020 17/02/2020	2 anos Sim	0 100,0%
Yuri Brancaglioni Keiserman  274.241.538-62 Não aplicável	28/07/1975  Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	17/02/2020 17/02/2020	2 anos Sim	0 100,0%

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Tércio Borlenghi Junior -101.544.328-14

Graduado em direito com especialização em administração de empresas, é sócio fundador do Grupo Ambipar, com experiência nas áreas comercial, operacional e administrativa.

O Sr. Tercio não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Thiago da Costa Silva - 224.653.698-73

Graduado em ciências contábeis pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL e pós-graduado em gestão estratégica contábil pela Universidade Metodista de Piracicaba e contabilidade internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC). Possui ampla experiência nas áreas contábil, fiscal, planejamento e finanças. Trabalha no Grupo Ambipar desde 2014. Antes disso, atuou como consultor de controladoria da Camargo Corrêa S.A., construtora, de julho de 2012 a setembro de 2014. Atuou, também, como analista contábil sênior do Centro de Soluções Compartilhadas do Grupo Camargo Corrêa, de março de 2007 a julho de 2012, e analista contábil pleno da Dispan Indústria e Comércio Ltda., empresa com atuação nos setores industriais Óleo e Gás, Mineração e siderúrgica, de junho de 2003 a março de 2007. O Sr. Thiago não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Alessandra Bessa Alves de Melo – 094.259.048-12

Graduada em Direito pela Universidade Paulista em 1994, possui MBA em Gestão Empresarial pela FGV, além de pós-graduação em Direito Tributário e especialização em Direito dos Contratos ambos pelo Centro de Extensão Universitária – CEU Law School. Trabalhou em escritórios de advocacia entre 1995 a 2002; em 2003 foi para o Grupo Ambipar como advogada atuando em diversas áreas, sendo que em 2015 passou a atuar como diretora jurídica do grupo;

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Leon Tondowski - 533.048.618-15

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			

Graduado em engenharia civil pela Universidade de Mogi das Cruzes e mestre em Engenharia Hidráulica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Possui ampla experiência nas áreas de obras hidráulicas e gerenciamento de resíduos. Trabalha no Grupo Ambipar desde 2020. Atuou como diretor na Veolia Environmental Services, além de ter atuado em pesquisas aplicadas no Centro Tecnológico de Hidráulica da Universidade de São Paulo e em outras empresas voltadas à área do meio ambiente.

O Sr. Leon não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Luciana Freire Barca Nascimento - 126.428.758-57

Graduada em administração de empresas pela Universidade de São Paulo, integra a administração da Companhia desde 2012, atuando como Diretora Adjunta, auxiliando o Diretor Presidente em suas atribuições.

A Sra. Luciana declara não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Dennys Spencer Maio - 277.185.038-95

Engenheiro Químico (formado pelas Faculdades Oswaldo Cruz) e Geógrafo (graduado pela Universidade de São Paulo) com especialização e mestrado internacional na França em Engenharia Ambiental, Análise de Riscos Tecnológicos (industrial e transporte) (pela Ecole des Mines d'Alès) e Resíduos Industriais (Université Grenoble Alpes). Experiência sólida em gerenciamento de grandes projetos, emergência química e ambiental. Atua como diretor técnico da Ambipar Response desde agosto de 2018, atuando no Grupo Ambipar há 10 anos (desde 2012 como gestor da Unidade de Negócios de Engenharia na Suatrans Emergências Ambientais, antes disso, entre 2008 e 2011 como Coordenador de projetos na Empresa Planeta Ambiental Atendimento a Emergências Ambientais). Antes disso, atuou como pesquisador técnico no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

O Sr. Dennys declara não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

José Carlos de Souza - 546.551.378-00

Graduado em economia pela Universidade São Judas Tadeu, tendo MBA em Administração de Negócios pela Universidade de São Paulo e mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela FECAP. Desde 2000, atua na Aunde do Brasil S.A., empresa da indústria têxtil para fabricação de tecidos para veículos, como diretor. Atuou, também, na Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A., indústria de papel e celulose, como gerente, na Anderson Clayton S.A., como analista de crédito e cobrança e no Banco Novo Mundo S.A., como assistente administrativo.

O Sr. José é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

O Sr. José declara que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Marcos de Mendonça Peccin - 074.858.428-54

Graduado em administração de empresas pela Universidade Mackenzie, tendo feito pós-graduação em avaliações periciais contábeis na Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo. Também possui graduação em ciências contábeis pela Universidade Paulista (UNIP), tendo feito MBA em Auditoria Interna na Coimbra Business School e em Gestão de Empresas de Energia pela FIPECAFI/USP. Desde maio de 2019, é Diretor Executivo da M Peccin Auditoria e Consultoria Ltda., sócio fundador da empresa de auditoria e consultoria, voltado a prestação de serviços de auditoria de processos, gestão e contábil; consultoria empresarial; avaliações de Gestões de Riscos e Compliance; Diagnósticos financeiros, contábeis, fiscal e previdenciário, Due Dilligence e trabalhos especiais. Antes disso, atuou, desde junho de 1999, como gerente do departamento de auditoria interna da Companhia Energética de São Paulo – CESP. Antes disso, trabalhou, também, na Pepsico Inc como auditor sênior, na Touche Ross & Cia S/C Auditores Independentes como auditor e no Banco Itaú S.A. como escriturário administrativo. Possui Certificado Profissional em Seguridade Social pelo ICSS com ênfase em Administração. Atualmente, atua como Membro do Conselho Deliberativo da Fundação CESP, representando a Patrocinadora CESP 2000/2019, sendo Vice-Presidente do Conselho desde 2008, além de ser associado ao Instituto dos Auditores internos do Brasil, do Conselho Regional de Administração, do Conselho Regional de Contabilidade, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões

**Outros cargos e funções exercidas no emissor**

**Descrição de outro cargo / função**

O Sr. Marcos é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

O Sr. Marcos declara que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Yuri Brancaglion Keiserman - 274.241.538-62

Graduado em administração de empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), tendo feito MBA em business pela The Wharton School. Foi sócio da Rosenberg, assessoria financeira independente, entre abril de 2007 a fevereiro de 2012. Também atuou como Diretor do Banco Safra entre fevereiro de 2012 a agosto de 2012. Foi CEO da Vetor Editora, empresa que oferece soluções em psicologia de agosto de 2012 a março de 2014 e CEO da Gelato Diletto de março de 2015 a julho de 2015. Atualmente, além de sua atuação na Companhia, também é Vice Presidente do Conselho da Tanac S.A., empresa de produção de extratos vegetais e cavacos de acácia negra (desde maio de 2008) e sócio da Pulsar Invest, consultoria em fusões e aquisições.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Tércio Borlenghi Junior -101.544.328-14 N/A	N/A
Thiago da Costa Silva - 224.653.698-73 N/A	N/A
Alessandra Bessa Alves de Melo – 094.259.048-12 N/A	N/A
Leon Tondowski - 533.048.618-15 N/A	N/A
Luciana Freire Barca Nascimento - 126.428.758-57 N/A	N/A
Dennys Spencer Maio - 277.185.038-95 N/A	N/A
José Carlos de Souza - 546.551.378-00 N/A	N/A
Marcos de Mendonça Peccin - 074.858.428-54 N/A	N/A

## 12.7 / 12.8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo de Comitê	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Profissão	Data posse	Número de mandatos consecutivos	
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>						
Marcos de Mendonça Peccin 074.858.428-54 Membro independente do Conselho de Administração	Comitê de Auditoria	Membro do comitê efetivo	19/04/1965 Contador	17/02/2020 17/02/2020	1 0	100%
Marco Antonio Zanini 115.572.888-28 Não aplicável	Comitê de Auditoria	Coordenador	26/05/1973 Contador	17/02/2020 17/02/2020	1 0	100%
José Carlos de Souza 546.551.378-00 Membro independente do Conselho de Administração	Comitê de Auditoria	Membro do comitê efetivo	24/08/1953 Economista	17/02/2020 17/02/2020	1 0	100%

### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Marcos de Mendonça Peccin - 074.858.428-54

Graduado em administração de empresas pela Universidade Mackenzie, tendo feito pós-graduação em avaliações periciais contábeis na Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo. Também possui graduação em ciências contábeis pela Universidade Paulista (UNIP), tendo feito MBA em Auditoria Interna na Coimbra Business School e em Gestão de Empresas de Energia pela FIPECAFI/USP. Desde maio de 2019, é Diretor Executivo da M Peccin Auditoria e Consultoria Ltda., sócio fundador da empresa de auditoria e consultoria, voltado a prestação de serviços de auditoria de processos, gestão e contábil; consultoria empresarial; avaliações de Gestões de Riscos e Compliance; Diagnósticos financeiros, contábeis, fiscal e previdenciário, Due Dilligence e trabalhos especiais.

O Sr. Marcos declara não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Antes disso, atuou, desde junho de 1999, como gerente do departamento de auditoria interna da Companhia Energética de São Paulo – CESP. Antes disso, trabalhou, também, na Pepsico Inc como auditor sênior, na Touche Ross & Cia S/C Auditores Independentes como auditor e no Banco Itaú S.A. como escriturário administrativo. Possui Certificado Profissional em Seguridade Social pelo ICSS com ênfase em Administração.

Atualmente, atua como Membro do Conselho Deliberativo da Fundação CESP, representando a Patrocinadora CESP 2000/2019, sendo Vice-Presidente do Conselho desde 2008, além de ser associado ao Instituto dos Auditores internos do Brasil, do Conselho Regional de Administração, do Conselho Regional de Contabilidade, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Marco Antonio Zanini – 115.572.888-28

Graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade de Campinas e bacharel em direito pela Universidade Metodista de Piracicaba. Atua desde 1986 na Zanini Auditoria Fisco Contábil, empresa especializada em auditoria, tendo trabalhado, também, na Reratex Comercial e Imobiliária Ltda. de 2002 a 2012.

O Sr. Marco declara não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

José Carlos de Souza - 546.551.378-00

Nome	Tipo de Comitê	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Profissão	Data posse	Número de mandatos consecutivos	
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>						

Graduado em economia pela Universidade São Judas Tadeu, tendo MBA em Administração de Negócios pela Universidade de São Paulo e mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela FECAP. Desde 2000, atua na Aunde do Brasil S.A., empresa da indústria têxtil para fabricação de tecidos para veículos, como diretor. Atuou, também, na Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A., indústria de papel e celulose, como gerente, na Anderson Clayton S.A., como analista de crédito e cobrança e no Banco Novo Mundo S.A., como assistente administrativo.

O Sr. José declara não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Tércio Borlenghi Junior	101.544.328-14	Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.	12.648.266/0001-24	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
<b>Pessoa relacionada</b>				
Guilherme Patini Borlenghi	401.104.768-67	Emergência Participações S/A.	10.645.019/0001-49	
Diretor Administrativo				
<b>Observação</b>				
Também é diretor das empresas: Ambipar Response; Ambipar Response Insurance				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Tércio Borlenghi Junior	101.544.328-14	Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.	12.648.266/0001-24	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
<b>Pessoa relacionada</b>				
Victor Davi Patini Borlenghi	453.276.578-17	Environmental Participações S/A.	09.527.023/0001-23	
Diretor Geral				
<b>Observação</b>				
Também é diretor das empresas: Ambipar Logistics, Ambipar Environmental Waste Logistic e Ambipar Eco Products, Ambipar Environmental Solutions; Ambipar Compliance; Ambipar Greentech				

## 12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<b>Exercício Social 31/12/2020</b>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Luciana Freire Barca Nascimento Diretora Adjunta	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Ambipar Environment Reverse Manufacturing S.A. Diretora Adjunta	10.711.268/0001-95		
<b>Observações</b>			
N.A.			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Thiago da Costa Silva Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Ambipar Insurance - Corretora de Seguros Ltda. Diretor Financeiro	12.696.314/0001-50		224.653.698-73 12.696.314/0001-50
<b>Observações</b>			
N.A.			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Leon Tondowski Diretor Presidente	533.048.618-15	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Ambipar Environmental Solutions - Soluções Ambientais Ltda. Diretor Estratégico	00.679.427/0001-68		

**Observações**

N.A.

**Administrador do Emissor**

Thiago da Costa Silva	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Response S.A.	11.414.555/0001-04
-----------------------	--------------------

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

Luciana Freire Barca Nascimento	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Response S.A.	11.414.555/0001-04
-----------------------	--------------------

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

**Administrador do Emissor**

Thiago da Costa Silva	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Eco Products S.A.	02.941.454/0001-92
---------------------------	--------------------

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

Luciana Freire Barca Nascimento	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Eco Products S.A.	02.941.454/0001-92
---------------------------	--------------------

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

**Administrador do Emissor**

---

Thiago da Costa Silva	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Environment Waste Logistic Ltda.

62.004.692/0001-01

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Luciana Freire Barca Nascimento	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Environment Waste Logistic Ltda.

62.004.692/0001-01

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

Luciana Freire Barca Nascimento	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Logistics Ltda.

01.179.445/0001-43

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

Thiago da Costa Silva	054.727.978-70	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Environmental Solutions Soluções Ambientais Ltda.

00.679.427/0001-68

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Thiago da Costa Silva	054.727.978-70	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Howells Consultancy Limited

00.679.427/0001-68

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Thiago da Costa Silva	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Suatrans Chile S.A.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Thiago da Costa Silva	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Suatrans Chile S.A.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Thiago da Costa Silva	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

WGRA Operações e Atendimentos Emergenciais Ltda.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<b>Exercício Social 31/12/2019</b>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Luciana Freire Barca Nascimento Diretora Adjunta	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Ambipar Environment Reverse Manufacturing S.A. Diretora Adjunta	10.711.268/0001-95		
<b>Observações</b>			
N.A.			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Thiago da Costa Silva Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Ambipar Insurance - Corretora de Seguros Ltda. Diretor Financeiro	12.696.314/0001-50		
<b>Observações</b>			
N.A.			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Thiago da Costa Silva Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	054.727.978-70	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Ambipar Response S.A.	12.696.314/0001-50		

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Luciana Freire Barca Nascimento	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Response S.A.

11.414.555/0001-04

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

<b>Administrador do Emissor</b>	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Thiago da Costa Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

11.414.555/0001-04

Ambipar Eco Products S.A.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Luciana Freire Barca Nascimento	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Eco Products S.A.

02.941.454/0001-92

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

<b>Administrador do Emissor</b>	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Thiago da Costa Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

02.941.454/0001-92

Ambipar Environment Waste Logistic Ltda.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Luciana Freire Barca Nascimento	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Environment Waste Logistic Ltda.

62.004.692/0001-01

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

Luciana Freire Barca Nascimento	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Logistics Ltda.

62.004.692/0001-01

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

Thiago da Costa Silva	054.727.978-70	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Environmental Solutions Soluções Ambientais Ltda.

00.679.427/0001-68

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Thiago da Costa Silva	054.727.978-70	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Howells Consultancy Limited

00.679.427/0001-68

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

Thiago da Costa Silva

224.653.698-73

Controle

Controlada Direta

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Suatrans Chile S.A.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

Thiago da Costa Silva

224.653.698-73

Controle

Controlada Direta

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Suatrans Chile S.A.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

Thiago da Costa Silva

224.653.698-73

Controle

Controlada Direta

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

WGRA Operações e Atendimentos Emergenciais Ltda.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

**Exercício Social 31/12/2018**

054.727.978-70

Controle

Controlada Direta

**Administrador do Emissor**

Administrador do Emissor

Luciana Freire Barca Nascimento

19.825.185/0001-00

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Environment Reverse Manufacturing S.A.

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

Administrador do Emissor	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
--------------------------	----------------	----------	-------------------

---

Thiago da Costa Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

10.711.268/0001-95

Ambipar Insurance - Corretora de Seguros Ltda.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Administrador do Emissor	054.727.978-70	Controle	Controlada Direta
--------------------------	----------------	----------	-------------------

---

Thiago da Costa Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

12.696.314/0001-50

Ambipar Response S.A.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Luciana Freire Barca Nascimento	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

---

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

11.414.555/0001-04

Ambipar Response S.A.

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

Administrador do Emissor	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
-----			
Thiago da Costa Silva			
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<b>Pessoa Relacionada</b>	11.414.555/0001-04		
Ambipar Eco Products S.A.			
Diretor Financeiro			
<b>Observações</b>			
N.A.			
-----			
Luciana Freire Barca Nascimento	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
-----			
Diretora Adjunta			
<b>Pessoa Relacionada</b>	02.941.454/0001-92		
Ambipar Eco Products S.A.			
Diretora Adjunta			
<b>Observações</b>			
N.A.			
-----			
Administrador do Emissor	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
-----			
Thiago da Costa Silva			
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<b>Pessoa Relacionada</b>	02.941.454/0001-92		
Ambipar Environment Waste Logistic Ltda.			
Diretor Financeiro			
<b>Observações</b>			
N.A.			
-----			
Luciana Freire Barca Nascimento	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
-----			
Diretora Adjunta			
<b>Pessoa Relacionada</b>	62.004.692/0001-01		
Ambipar Environment Waste Logistic Ltda.			
Diretora Adjunta			
<b>Observações</b>			

N.A.			
Luciana Freire Barca Nascimento	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
Diretora Adjunta			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Ambipar Logistics Ltda.	62.004.692/0001-01		
Diretora Adjunta			
<b>Observações</b>			
N.A.			
Thiago da Costa Silva	054.727.978-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Ambipar Environmental Solutions Soluções Ambientais Ltda.	00.679.427/0001-68		
Diretor Financeiro			
<b>Observações</b>			
N.A.			
Thiago da Costa Silva	054.727.978-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Ambipar Howells Consultancy Limited	00.679.427/0001-68		
Diretor Financeiro			
<b>Observações</b>			
N.A.			
Thiago da Costa Silva	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Suatrans Chile S.A.			
Diretor Financeiro			
<b>Observações</b>			
N.A.			

Thiago da Costa Silva 224.653.698-73 Controle Controlada Direta  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

WGRA Operações e Atendimentos Emergenciais Ltda.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

**Exercício Social 31/12/2017** 054.727.978-70 Controle Controlada Direta

Administrador do Emissor

---

Luciana Freire Barca Nascimento

Diretora Adjunta 19.825.185/0001-00

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Environment Reverse Manufacturing S.A.

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

Administrador do Emissor 126.428.758-57 Controle Controlada Direta

---

Thiago da Costa Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada** 10.711.268/0001-95

Ambipar Insurance - Corretora de Seguros Ltda.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Administrador do Emissor 054.727.978-70 Controle Controlada Direta

---

Thiago da Costa Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada** 12.696.314/0001-50

Ambipar Response S.A.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Luciana Freire Barca Nascimento	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Response S.A.	11.414.555/0001-04
-----------------------	--------------------

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

Administrador do Emissor	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
--------------------------	----------------	----------	-------------------

Thiago da Costa Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Eco Products S.A.	11.414.555/0001-04
---------------------------	--------------------

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Luciana Freire Barca Nascimento	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Eco Products S.A.	02.941.454/0001-92
---------------------------	--------------------

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

Administrador do Emissor	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
--------------------------	----------------	----------	-------------------

Thiago da Costa Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada** 02.941.454/0001-92

Ambipar Environment Waste Logistic Ltda.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Luciana Freire Barca Nascimento	224.653.698-73	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Environment Waste Logistic Ltda.

62.004.692/0001-01

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

Luciana Freire Barca Nascimento	126.428.758-57	Controle	Controlada Direta
---------------------------------	----------------	----------	-------------------

Diretora Adjunta

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Logistics Ltda.

62.004.692/0001-01

Diretora Adjunta

**Observações**

N.A.

---

Thiago da Costa Silva	054.727.978-70	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Environmental Solutions Soluções Ambientais Ltda.

00.679.427/0001-68

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Thiago da Costa Silva	054.727.978-70	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Ambipar Howells Consultancy Limited

00.679.427/0001-68

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Thiago da Costa Silva

224.653.698-73

Controle

Controlada Direta

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Suatrans Chile S.A.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

Thiago da Costa Silva

224.653.698-73

Controle

Controlada Direta

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

WGRA Operações e Atendimentos Emergenciais Ltda.

Diretor Financeiro

**Observações**

N.A.

---

---

